

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – PCH
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MARIANA GONÇALVES DE SOUZA

A LUTA PELA MORADIA E AUTOGESTÃO:
os desafios políticos-pedagógicos da gestão familiar de um projeto de moradia popular do
programa habitacional minha casa minha vida entidades (PMCMV-E)

SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA –RJ
2020

MARIANA GONÇALVES DE SOUZA

A LUTA PELA MORADIA E AUTOGESTÃO:
os desafios político-pedagógicos da gestão familiar de um projeto de moradia popular do
Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência
para obtenção da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do
Campo da Universidade Federal Fluminense – UFF do Instituto
do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES.

Orientadora: Prof. Dr^a. Michelle Lima Domingues

SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA –RJ
2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BINF
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S7191 Souza, Mariana Gonçalves de
A luta pela moradia e autogestão: os desafios político-pedagógicos da gestão familiar de um projeto de moradia popular do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E) / Mariana Gonçalves de Souza ; Michelle Lima Domingues, orientadora. Santo Antônio de Pádua, 2020.
68 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação do Campo)-Universidade Federal Fluminense, Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Santo Antônio de Pádua, 2020.

1. Moradia popular. 2. Classes Trabalhadoras. 3. Movimentos sociais. 4. Pedagogia da autogestão. 5. Produção intelectual. I. Domingues, Michelle Lima, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Sandra Lopes Coelho - CRB7/3389

MARIANA GONÇALVES DE SOUZA

A LUTA PELA MORADIA E AUTOGESTÃO:

Os desafios político-pedagógicos da gestão familiar de um projeto de moradia popular do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Fluminense – UFF do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES.

Aprovada em: 18/08/2020

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dr.^a Michelle Lima Domingues

Orientadora



Prof.^a Dr.^a Jacqueline de Souza Gomes

Examinadora



Prof.^a Dr.^a Priscila Tavares dos Santos

Examinadora

SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ
2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à Deus, pois sem ele eu nada seria. Aos meus pais Murílio e Marcia, fonte de minha inspiração, que acreditaram em mim e em meus sonhos, que me ensinaram a viver com a esperança de construirmos um mundo melhor. Amarei vocês eternamente, gratidão por tudo que fazem por mim. Minha irmã Marilha, com quem compartilho o dia a dia, me ensinando a ter paciência e viver um dia de cada vez, amo você! Ao meu namorado Marcelo que esteve ao meu lado em todo percurso acadêmico, por sempre ter acreditado em mim e por ter me ajudado nos momentos que mais precisei. Muito obrigada, te amo! Aos meus avôs Ana Maria, Pachcoal e Paulino por todas as orações. Aos meus amigos, por cada momento feliz ao lado de vocês. Aos meus mestres por cada ensinamento, principalmente gratidão a minha orientadora Michelle Domingues por toda sua dedicação, com a qual pude receber muitas contribuições nos projetos e nos sonhos, minha grande admiração.

RESUMO

O presente trabalho se constituiu em um estudo dos processos de mobilização de famílias trabalhadoras pelo direito à habitação beneficiárias do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida Entidades, buscou-se compreender como um grupo de famílias trabalhadoras, organizado por um movimento social de luta pela moradia, mobilizou-se para conquistar o direito à moradia demonstrando que o grupo é objeto de proposta político-pedagógico que prepõe a luta pela moradia como propulsora de outras demandas sociais e engajamentos comunitários por direitos. Na escolha metodológica utilizou-se de técnicas e recursos metodológicos próprios da antropologia, tradicionalmente se apropria de métodos de pesquisa qualitativos, ou seja, da observação participante, da entrevista aberta, do contato direto e pessoal com o universo investigado. O trabalho foi organizado em quatro capítulos sendo eles e para sua iniciação e desenvolvendo houve a colaboração de algumas pessoas que foram de extrema importância para a consolidação do respectivo trabalho.

Palavras-chave: Moradia popular. Classes trabalhadoras. Movimentos sociais. Pedagogia da autogestão.

ABSTRACT

The present work consisted of a study of the mobilization processes of working families for the right to housing benefiting from the Minha Casa Minha Vida Entities Housing Program, it sought to understand how a group of working families, organized by a social movement of struggle for housing, it mobilized to conquer the right to housing, demonstrating that the group is the object of a political-pedagogical proposal that proposes the struggle for housing as a driver of other social demands and community engagements for rights. In the methodological choice, techniques and methodological resources specific to anthropology were used, traditionally appropriating qualitative research methods, that is, participant observation, open interview, direct and personal contact with the investigated universe. **The work was organized in four chapters, and for their initiation and development, there was the collaboration of some people who were extremely important for the consolidation of their work.**

Keywords: Popular housing. Working classes. Social movements. Pedagogy of self-management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Igreja São Pedro de Alcântara- página 22.

Figura 2: Assembleia geral- página 23.

Figura 3: Reunião de Coordenação que ocorria semanalmente para discutir o andamento do projeto MCMV-E Ipiúba- página 25.

Figura 4: Reunião de Coordenação- página 28.

Figura 5: VII Encontro Estadual da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro- página 29.

Figura 6: Foto de um banner que ficava na parede do escritório de Dona Dalva, contendo algumas fotografias do Condomínio Residencial Padre Antônio Rever- página 34.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
A questão e a proposta deste trabalho.....	5
Percurso acadêmico e iniciação ao campo.....	9
Metodologia	15
1 O CAMPO E SUAS INSTITUIÇÕES	18
1.1 O Distrito de Ipiúba	18
1.2 Associação Habitacional São Pedro de Alcântara	21
1.3 A União Nacional por Moradia Popular	27
1.4 O Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.....	31
1.5 Os núcleos familiares beneficiários	35
2 A PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO	38
3 OS DESAFIOS DO EXERCÍCIO DA AUTOGESTÃO	40
3.1 A participação e o sistema de pontuação dos núcleos familiares	40
3.2 A participação e a exclusão de núcleos familiares	45
3.3 Os impasses burocráticos.....	50
4 A VISÃO DOS COORDENADORES	51
4.1 Adesão ao projeto, expectativas iniciais	51
4.2 O trabalho da coordenação e a participação familiar	53
4.3 Avaliações do projeto	56
4.4 Impactos do projeto sobre a trajetória pessoal e projetos de vida	59
CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

A questão e a proposta deste trabalho

Este trabalho é fruto de minha inclusão em projeto de iniciação científica intitulado Moradia e organização comunitária: estudo dos processos de mobilização de famílias trabalhadoras pelo direito à habitação, beneficiárias do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida Entidades de autoria da minha orientadora Michelle Domingues, no qual me engajei como bolsista de Iniciação Científica com bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Através deste projeto busquei entender como um grupo de famílias trabalhadoras, organizado por um movimento social de luta pela moradia, mobilizou-se para conquistar o direito à moradia, sendo beneficiárias do Programa Federal Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E) - projeto habitacional contratado em 24 de fevereiro de 2016. Através do acompanhamento do desenvolvimento da primeira fase do projeto, a fase pré-obra, além do resgate das condições históricas de constituição do grupo de famílias, procuro demonstrar que o grupo é objeto de proposta político-pedagógica que prepõe a luta pela moradia como propulsora de outras demandas sociais e engajamentos comunitários por direitos.

Desta maneira, a pretensão era compreender o processo de adesão a esta proposta, bem como seus arranjos e dificuldades para a sua realização. Pretende-se, deste modo, compreender os processos de conversão de sujeitos trabalhadores (as) à beneficiários (as) de programa de desenvolvimento social, enquanto processos propulsores de demandas por moradia, mas também, nesta trajetória, por outras demandas materiais e imateriais que possam contribuir para a formação do cidadão atuante na sociedade democrática através da objetivação de seus núcleos familiares.

Este grupo de famílias é composto por 85 famílias representadas pelo movimento social: União por Moradia Popular no Rio de Janeiro (UMP-RJ), filiado a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), e também pela Associação São Pedro de Alcântara (AHSPA). Esta associação é a Entidade Organizadora no projeto habitacional vinculada a igreja católica São Pedro de Alcântara que a criou com o objetivo de adquirir um terreno para construção de casas populares para quem precisava de moradia na região onde a comunidade religiosa atuava. A associação financiou aos titulares familiares os lotes do terreno a preços populares para a construção das respectivas casas a serem financiadas pelo

programa habitacional governamental e serem construídas em Ipiúba, distrito da cidade de São Gonçalo, RJ.

O segundo projeto contratado pela MCMV-E é devedor do contexto de cooperativismo habitacional que foi a base de organização de outras 37 famílias moradoras no condomínio onde o terreno se localiza. Tais famílias ajudaram as novas famílias a se engajarem na causa e a se adaptarem ao novo formato de política pública, pois diferentemente do primeiro projeto do qual foram beneficiárias, não se trata de financiamento privado através de uma organização não governamental, a ONG Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FBR), mas de uma Entidade composta pelas próprias famílias a gerirem o empreendimento.

Estas 37 famílias beneficiárias do primeiro projeto habitacional foram posteriormente afiliadas ao movimento UMP-RJ e possuem até hoje em sua coordenação a presença do ex-presidente da Cooperativa Ipiúba, além de ex-presidentes e lideranças de outras cooperativas habitacionais no Rio de Janeiro. Elas moram no condomínio localizado no terreno financiado, juntamente com 21 famílias que construíram suas casas com recursos próprios, intitulado Condomínio Residencial Padre Antônio Revers, em homenagem ao padre já falecido e idealizador da proposta de organização comunitária para a construção de moradias populares na região onde atuava como pároco, no bairro São Pedro de Alcântara, em São Gonçalo.

As novas 85 famílias beneficiárias do programa habitacional citado são organizadas e mobilizadas no sentido da proposição da autogestão para a conquista da moradia e de outros direitos sociais por antigos idealizadores do cooperativismo habitacional que vigorava no mesmo espaço onde deverão morar, além de contar com a assessoria de antigos técnicos funcionários da ONG FBR que ajudaram a implementar a Cooperativa Ipiúba, hoje contratados diretamente pela Entidade Organizadora do projeto.

Deste modo, o projeto mantém lideranças importantes que atuam desde a compra dos terrenos, como exemplos cito uma das coordenadoras do projeto, Laura, ex-cooperada e liderança local; a assistente social Maria Célia, uma articuladora importante dos antigos grupos de cooperados assessorados pela FBR no Rio de Janeiro; o coordenador do projeto Fernando, ex-presidente da Cooperativa Ipiúba e coordenador da UNM-RJ; a colaboradora da Associação São Pedro de Alcântara, Dalva, que foi uma colaboradora do Padre Antônio essencial para a consolidação do projeto de cooperativismo em Ipiúba e em outras regiões

de São Gonçalo; o arquiteto Renato, ex-funcionário da FBR; a arquiteta Elisangela que também chegou a integrar temporariamente a equipe de funcionários da FBR e a arquiteta Luísa.

Em correspondência a este contexto, a configuração da demanda por moradia popular no Rio de Janeiro e no país se alinham às experiências de parcerias e histórias de mobilizações consolidadas pelos movimentos sociais e pelas instituições filantrópicas, com ênfase na assessoria à população pobre desprovida de moradia. A consolidação do projeto MCMV-E para essas novas famílias depende da atuação de órgãos públicos que traz ao grupo, entretanto, muitos problemas burocráticos.

Tendo em vista este cenário, o projeto de iniciação científica no qual me engajei buscou descrever e entender as ações de mobilização e organização das famílias trabalhadoras em questão, com o objetivo não apenas de prover a elas formação política orientada para os processos de autogestão na conquista de direitos, mas também atender requisitos burocráticos, técnicos e sociais do programa MCMV-E, ditados por normativas e critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades e por exigências da Caixa Econômica Federal.

O estudo analisou como as famílias trabalhadoras, ao reinventarem o engajamento coletivo para melhorar de vida, dialogando com valores associados à casa própria, enquanto “lócus de realização do grupo doméstico” (Woortmann, 1982) podem ser não apenas objetos, mas sujeitos de processos de capacitação para a ocupação do território assegurando práticas cotidianas de resolução de problemas sociais pertinentes à sociedade capitalista contemporânea e de luta por direitos em seus diversos âmbitos.

Tais processos envolvem a mediação de categorias de entendimento (Neves, 2008), visões de mundo, de ideias-valores (Dumont, 1975) e de conhecimento urbano (McFarlane, 2011), este último entendido como a capacidade para a aquisição, transferência, contestação e criação de conhecimentos no contexto das exigências das agências de intervenção social e dos pré-requisitos em jogo nas correlações de força do processo de construção e implementação do programa habitacional em foco, nas quais as famílias se empenham a fim de levar adiante o projeto em sua fase de implementação.

Procurou-se assim, considerando os limites impostos pela temporalidade e logística deste projeto habitacional, especificamente vividas pelos representantes das instituições

nele engajados, entender o alcance, as problemáticas e potencialidades desta experiência particular de concretização de moradias populares por meio do PMCMV-E.

Salienta-se que o trabalho possa contribuir para a compreensão dos arranjos ricos de negociação de representações e visões de mundo que conformam a objetivação deste conjunto de famílias para que se organizem por formas mais justas não apenas de habitar mas de atuar na sociedade em que vivem. O Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades é considerado uma conquista dos movimentos sociais de luta por moradia em todo o país, buscando além da concessão de moradias, outras oportunidades que não estão acessíveis facilmente às famílias beneficiárias.

O trabalho foi organizado em 4 capítulos. No capítulo 1 é realizada a apresentação da área do Distrito de Ipiúba, localidade onde serão construídas as casas no Condomínio Residencial Padre Antônio Revers. Além disso, apresento também, as principais instituições do campo, a Associação Habitacional São Pedro de Alcântara (AHSPA) e o movimento social União Nacional por Moradia Popular (UNMP), além do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E) e o perfil dos núcleos familiares beneficiários.

No capítulo 2 é realizada uma pequena abordagem a respeito da pedagogia da autogestão, proposta de formação dos sujeitos de direitos por meio de processos autogestionários de organização da luta pelo direito à moradia, enfatizando a importância material e simbólica da casa própria como meio de adesão ao projeto que não a propõe como finalidade em si mesma. A etnografia está concentrada nos capítulos seguintes.

No capítulo 3 é desenvolvida a questão da gestão da participação familiar, onde discuto o uso do sistema de pontuação dos núcleos familiares com a finalidade de classificá-los em termos da sua participação no projeto. Tal classificação irá corresponder ao direito à escolha da localização da casa no condomínio após a sua conclusão. Também será abordado o dilema da exclusão dos núcleos familiares, onde apresento relatos de algumas dificuldades que o grupo enfrenta na tentativa de manter o grupo coeso no propósito de fazer o projeto avançar e por fim apresento os impasses burocráticos que o grupo de coordenadores busca resolver e administrar, que acaba revelando problemas ligados à motivação das famílias.

No capítulo 4 apresento os resultados das entrevistas que foram realizadas com os coordenadores do projeto de moradia, as motivações para a adesão ao projeto e

expectativas quanto a ele, a visão sobre o papel da coordenação e acerca da participação familiar, avaliações gerais do projeto e os impactos do mesmo sobre a trajetória pessoal e seus projetos de vida.

Percurso acadêmico e iniciação ao campo

O percurso até o trabalho de campo, que resultou neste trabalho de conclusão de curso que passo agora a relatar, é descrito por Bourdieu (2006) que nos alerta para o trabalho artesanal de reconstruir o passado à luz do presente dotando os acontecimentos sucessivos de razoabilidade. Deste modo,

...o relato autobiográfico baseia-se sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (Bourdieu, 2006, p. 184).

Faço então este investimento a começar pelo meu interesse em realizar o curso de licenciatura interdisciplinar em Educação do Campo, com desdobramento em disciplinas que tiveram grande importância não somente no âmbito acadêmico, mas também na vida pessoal, cito como exemplo as disciplinas “A questão Agrária no Brasil” e “Introdução ao Estudo das Ciências Humanas e Sociais”. Sem mensurar o grande aprendizado com a pedagogia da alternância¹, a partir da qual foi possível a realização do Tempo Comunidade (TC), tempo de estudos e pesquisas crucial para o envolvimento em trabalho de campo e em vivências no decorrer do curso, tais como visitas a assentamentos, a escolas do campo, a famílias de agricultores e outras comunidades tradicionais através das quais pude ver e conhecer um pouco da realidade delas em seus territórios.

De origem familiar simples que compõe a classe trabalhadora, com pai e mãe trabalhadores do campo que trabalham com agricultura e pecuária, nascida e criada em um pequeno distrito rural de Minas Gerais, deixei de atuar no campo junto com minha família para poder estudar. Ingressei no curso Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo em 2015, desde então resido com minha irmã em um apartamento alugado em Santo Antônio de Pádua, no noroeste fluminense, para realizar a graduação. Neste período

¹ A Pedagogia da alternância consiste em uma metodologia de organização do ensino e aprendizagem, conjugando diferentes experiências formativas que incluem investimentos tanto em comunidades de acolhimento dos estudantes quanto na universidade para melhor atender as especificidades da educação no campo.

ocorreram momentos difíceis e momentos incríveis. Os momentos difíceis foram as responsabilidades de “dar conta” de toda tarefa de casa ainda muito jovem, juntamente com os desafios dentro da universidade, sem mensurar os desafios promovidos pelo trabalho de campo. Descrevo os momentos incríveis promovidos pela universidade pública, conhecendo professores incríveis que incentivaram e deram voz à educação pública e todo conhecimento agregado neste percurso acadêmico.

Durante a realização do Tempo Comunidade em um assentamento, observando como minha orientadora articulava as questões sociais respectivas aquele grupo, despertou-me o interesse pela área da sociologia e posteriormente especificamente pela Antropologia, seus métodos de estudos e pesquisas. Neste curso interdisciplinar onde estudamos quatro áreas da educação sendo elas Sociologia, Filosofia, Geografia e História acabei me familiarizando com o trabalho de campo e a metodologia própria da antropologia.

A partir de disso, comecei a desenvolver um trabalho de campo onde meus pais residem, pesquisando uma cooperativa de produtores rurais a partir do tema “organização e mobilização comunitária de famílias de trabalhadores rurais da comunidade de Coqueiros, Recreio/ Minas Gerais”. Porém eu estava muito envolvida com aquele grupo de pessoas e me vi sob risco de interferências em dados que eu buscava compreender. Fiquei, por exemplo, sem acesso a algumas pessoas no campo exatamente pelo meu pertencimento familiar que me identificava a um dos lados do conflito que se desenhava acerca do fornecimento de leite pela cooperativa que eu buscava estudar. Este aprendizado foi importante, me permitiu nova consciência sobre meu pertencimento por meio da pesquisa, pois achava tudo muito natural e orgânico.

Malinowski (1976) foi importante no percurso da desnaturalização do meu lugar de origem, no entanto, surgiu interesse em realizar a Pesquisa de Iniciação Científica. Minha orientadora Michelle Domingues estava com um Projeto de Iniciação Científica então em uma conversa apresentei interesse pelo projeto, mesmo sem conhecimento inicial acerca de projetos habitacionais e movimentos sociais de luta por moradia. Foi então que começou todo o meu investimento no trabalho de campo da pesquisa. A solicitação de uma bolsa de iniciação científica foi realizada no ano de 2017 e a aprovação veio no ano seguinte. Então, em 2018 comecei a desenvolver o trabalho de campo no distrito de Ipiíba e na Igreja São Pedro de Alcântara, em São Gonçalo, onde as famílias também se reuniam. Como resido em Santo Antônio de Pádua foi necessário realizar viagens para Niterói diversas vezes. Em

muitos desses momentos fui acolhida na casa de Dona Dalva que auxiliava a Associação São Pedro de Alcântara na negociação de compra e venda dos terrenos e mora em Niterói. Neste ano o aplicativo do governo ID Jovem² foi muito importante para otimizar os gastos com meu deslocamento.

As orientações durante todo percurso acadêmico começaram durante realização do Tempo Comunidade, seguiram durante Iniciação Científica e se desdobraram na escrita do Trabalho de Conclusão de Curso. Um comprometimento entre orientanda e orientadora, caminhando alguns bons anos juntas. As orientações aconteciam das mais variadas formas, eram presenças e virtuais, formais e informais, com realização de leituras pertinentes ao trabalho de campo, fichamentos, comentários e discussão acerca dos textos.

O trabalho de campo, que se iniciou em 2018 e teve continuidade em 2019, foi motivado por bolsa de Iniciação Científica concedida pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), para estudar e pesquisar os processos de mobilização de famílias trabalhadoras pelo direito à habitação, beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.

O campo em Ipíiba foi proposto pela minha orientadora, pois foi onde desenvolveu seu trabalho de campo na pós-graduação, sendo assim, ela tendo uma proximidade e um laço de afinidade com os beneficiários ex-cooperados, me apresentou ao campo e ali permaneci criando os meus próprios laços. Ao decorrer do tempo que estive inserida em campo, algumas pessoas que me acolheram foram de grande importância, como Dona Dalva quem me acolheu em sua casa, Fernando presidente da AHSPA que sempre se dispôs a me ajudar com a socialização no campo, a coordenadora Lúcia sempre disposta a auxiliar no que fosse preciso, meus pais que sempre me apoiaram e me incentivaram a estudar, meu namorado Marcelo e minha irmã Marilha, que me levavam e me buscavam na rodoviária de Pádua e me deram muito apoio e minha orientadora Michelle Domingues, por toda dedicação em me ajudar a construir esse respectivo trabalho. Não tenho forma e nem palavras para expressar tamanha gratidão.

Ruth Cardoso (1986) vai dizer que essa aventura antropológica pode lembrar uma visão romântica do campo, quase sempre confundida com aventureiros que se jogam em

² A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, é o documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artísticos-culturais e esportivos e também vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme disposto no Decreto 8.537/2015.

estranhas viagens por regiões desconhecidas ou espaços inabituais. No entanto, por mais estranho e desconhecido que seja o campo de pesquisa, requer um trabalho árduo na construção de novas relações, um interesse genuíno pela vida das pessoas, desenvolvendo funções e ações de importância para a pesquisa sem desconsiderar os interesses do outro nesta relação, bem distante da presunção de visão romântica que enaltece a aventura e espontaneísmo.

Em um primeiro momento no campo, minha orientadora me acompanhou para conhecer o grupo de moradores do condomínio de Ipiúba, me apresentando a pessoas com as quais tinha relação de longo prazo. Fui apresentada ao Fernando, que é pedreiro, e a sua esposa Olívia que é enfermeira. Eles possuem cinco filhos, quatro rapazes e uma moça. O filho mais velho, com um novo núcleo familiar constituído, mora próximo ao espaço do condomínio, em uma pequena casa construída com recursos próprios. Outro filho também já constituiu uma nova família, sendo agora beneficiário do PMCMV-E. Fernando foi uma pessoa muito importante para o meu processo de aceitação em meio ao grupo.

Fernando, em especial, diferencia-se dos demais porque possui uma trajetória de liderança importante. Primeiro foi presidente da cooperativa envolvendo a fase de construção das primeiras 37 casas no condomínio, por duas gestões consecutivas, de 2005 a 2008, gozando de grande apoio e credibilidade entre os cooperados na época. A partir de então passou a participar da UMP/RJ e atualmente é coordenador regional de São Gonçalo neste movimento. Foi também diretor financeiro da Associação Habitacional São Pedro de Alcântara na qual hoje assume o cargo de Presidente. No ano de 2010 passou a ser conselheiro do Conselho Estadual de Habitação no Estado do RJ.

Assim, a relação que nos une consiste mais no encontro entre sua vivência da questão política da habitação e meus interesses acadêmicos pela mesma questão. Como não permaneço em sua casa, não compartilho de muita intimidade familiar, mas, por outro lado, sendo ele uma referência para os beneficiários, pelo status de confiança e admiração que desfruta entre eles, simplesmente criam-se afinidades eletivas que são também afetivas.

Para iniciar e desenvolver o respectivo trabalho de campo da pesquisa recebi a colaboração fundamental da Dona Dalva, uma senhora de 79 anos, aposentada pelo antigo Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), que mora no centro da cidade de Niterói e acompanhou a iniciativa do padre Antônio de propiciar moradia digna a quem necessitava

na região onde ele exercia seu sacerdócio. Ela o ajudou a fundar e administrar a AHSPA, como foi dito anteriormente.

Conheci Dona Dalva por meio de Fernando que pediu a ela que me acolhesse em sua casa para desenvolver o trabalho de campo em Alcântara e em Ipiíba, visto que faria longa viagem semanal do município de Santo Antônio de Pádua, no noroeste fluminense, onde resido de forma permanente, e o município de Niterói, onde ela mora. Ela me recebeu muito bem. No início do trabalho de campo me levou para conhecer um pouco da cidade de Niterói, me mostrou como chegar ao terminal rodoviário, se assim precisasse tomar o ônibus para Alcântara, que saía do terminal de meia em meia hora, ou para Ipiíba que aos domingos circulavam em apenas dois horários na parte da manhã, 07:00h. e 8:40h. Uma orientação que me serviu muito ao longo do trabalho de campo.

Recebeu-me tão bem que como eu sempre chegava às 07:00h da manhã às quintas-feiras em Niterói e ela dorme até um pouco mais tarde, deixou comigo uma cópia da chave do escritório que possuo no centro de Niterói. Ela mantém sua sala particular como escritório para guardar toda a documentação dos projetos de moradia desenvolvidos em Ipiíba e também nos bairros de Jockey e Colubandê, também em São Gonçalo.

Sendo assim, quando eu chegava em Niterói eu não ficava na rua, ia direto para o escritório, lá tinha banheiro, um frigobar, uma mesa com um notebook e umas três cadeiras acolchoadas na lateral. Como a viagem é cansativa, às vezes fazia minha mochila de travesseiro e deitava sobre as três cadeiras e adormecia. Por volta das 14:00h ela chegava no escritório. Como ela ia para Alcântara dar os plantões na Igreja eu aproveitava a carona no Uber³ que ela solicitava e ia juntamente com ela para participar das reuniões de coordenação do projeto. Eu almoçava na rua e à noite, retornando de Alcântara, já em sua casa, ela sempre fazia algo para comermos.

Todo o trabalho de organização dos dados do terreno do condomínio até meados de 2019 era feito por ela manualmente. Algumas pessoas a cobravam para que ela usasse a forma digital para administrar os terrenos, no entanto ela disse que já pagou uma pessoa para ajudá-la, já entrou em um cursinho, mas não teve muito resultado. Então

³ O carro do Uber que Dona Dalva solicitava era dirigido por Renato. Renato foi arquiteto no primeiro projeto de moradia do condomínio, da cooperativa habitacional cujo material de construção foi financiado pela Fundação Bento Rubião. Durante a pesquisa Renato trabalhava como motorista de Uber e combinava o dia e o horário com Dona Dava, pois ela não utilizava aparelho celular, só um telefone residencial.

estabelecemos uma interessante relação de reciprocidade que foi importante para a realização da pesquisa e também uma relação de confiança. Isto foi sugerido inicialmente pelo Fernando quando fui apresentada a ele, ou seja, que eu pudesse ajudar a Senhora Dalva a organizar os documentos do escritório. Então, como forma de agradecimento pelas minhas estadias comecei a organizar as planilhas sobre a ocupação dos lotes do terreno por quadra e assim segui ajudando-a, digitalizando os dados com muito cuidado para não cometer erros.

Mas, por outro lado, a aceitação mediada pelos indivíduos-chave não anula certa sensação de desconforto com as desigualdades nesta troca, no sentido de uma dívida por mim impagável que parece crescer ao mesmo tempo que se torna mais evidente para os beneficiários, como atestam algumas iniciativas na sugestão de formas variadas de colaboração com o grupo. Ajudar a organizar o local onde as reuniões aconteciam, auxiliar em algumas coisas que envolviam tecnologia e computação, são exemplos de colaboração que procurei aceitar na medida do possível.

Até o ano de 2019 Dona Dalva auxiliava as famílias associadas em Ipiíba, sejam elas ex-beneficiárias de projeto de moradia popular no condomínio, beneficiárias atuais pelo projeto MCMV-E ou simplesmente proprietárias dos lotes. Ela auxiliava na administração da AHSPA realizando plantões na Igreja São Pedro de Alcântara todas as quintas-feiras das 18:00h às 21:00h.

No final do ano de 2018, por problemas de saúde, Dona Dalva passou a ajudar nas questões da administração da AHSPA de uma forma menos direta, a partir de seu escritório, deixando a equipe de coordenação do projeto tomar a frente das negociações dos lotes. Após problemas de saúde Dona Dalva se afastou. Ela tinha como função negociar a compra e venda dos lotes e controlar o pagamento dos lotes pelos associados. Realizava negociações de transferência dos lotes visto que uma parcela considerável dos proprietários dos terrenos loteados não integra o projeto.

Dentre as pessoas importantes nessa trajetória, não poderia de deixar de mencionar Lúcia, beneficiária que compõe o grupo de coordenação, sendo uma figura importante para o projeto devido sua habilidade de comunicação e seu engajamento para motivar os demais beneficiários. É uma pessoa muito esforçada para que as pendências do projeto sejam cumpridas. Lúcia tem 46 anos, mora no município de São Gonçalo no bairro Amendoeira, trabalha como faxineira e costureira, mãe solteira de 7 filhos, 6 filhos residem com ela e o

mais velho mora de aluguel e faz parte do projeto. Lúcia me recebeu muito bem, sempre me auxiliou com quaisquer documentos que fossem necessários para análise e compreensão do PMCM-E. Conversávamos sobre tudo um pouco, grande guerreira que reforça a luta por moradia.

Metodologia

A Antropologia, ciência na qual me inspirei para realizar a pesquisa da qual trata este trabalho, tradicionalmente se apropria de métodos de pesquisa qualitativos, ou seja, da observação participante, da entrevista aberta, do contato direto e pessoal com o universo investigado, onde para conhecer o “outro” e reconhecer a nós mesmos neste processo é necessária uma convivência razoavelmente longa, pois existem aspectos da cultura e da sociedade incorporados no “outro” que não aparecem sem esforço de estabelecer com ele uma relação de empatia na busca de entendimento do seu ponto de vista (Da Matta, 1987). Neste propósito como salienta Oliveira (1998) o olhar e o ouvir podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo.

Já no ato de escrever, na configuração final do produto desse trabalho, a questão do conhecimento torna-se mais crítica, mas dependente das relações construídas no campo e devedor de toda a riqueza desta troca de afetos e saberes. Como propõe Oliveira (1998:22) “*devemos entender, assim, por escrever o ato exercitado por excelência no gabinete, cujas características o singularizam de forma marcante, sobretudo quando o compararmos com o que se escreve no campo, seja ao fazermos nosso diário, seja nas anotações que rabiscamos em nossas cadernetas*” (Oliveira, 1998, p.22).

A produção das ciências sociais se encontra em trabalhos que valorizam a pesquisa de campo. Nessa busca pelo tratamento qualificado do meu objeto de pesquisa procurei e valorizei a pesquisa de campo. Malinowski (1976) ao realizar a observação participante aconselha ao etnógrafo a deixar sua câmera fotográfica, seu caderno, agenda e participar do que esteja acontecendo. Aguardei ansiosamente para fazer isso na Fase II que seria a fase obra, para ajudar aquelas famílias a construir suas respectivas moradias, no entanto, devido a impasses burocráticos e falta de compromisso político no atual governo a fase II ainda não se iniciou. Ao começar a pesquisa optei pela observação participante dos encontros formais e informais, frequentei as reuniões de coordenação e assembleias mensais durante os anos de 2018 e 2019, que ocorreram para discussão das pendências do projeto, principalmente. Em outros momentos informais com as famílias gostava de chegar

sempre um pouco antes da reunião ou assembleia começar. Desta maneira, nesse momento de espera conseguia conversar com as famílias que ali estavam presentes aguardando os demais. Após os encontros havia sempre um almoço coletivo com as contribuições que cada representante familiar trazia. Eu também colaborava com o almoço, contribuindo com um frango assado que conseguia comprar a caminho do condomínio. Aproveitava essa oportunidade para me aproximar das pessoas. Em dezembro de 2018 participei também de uma importante confraternização, uma festividade para celebrar o Natal que foi realizada no condomínio.

Escolhi realizar entrevistas semiestruturadas apenas com os membros da coordenação do projeto, dada a dificuldade de marcar encontros com o grupo de familiares que oscilavam em sua participação. O roteiro de questionários foi elaborado com o auxílio da orientação, atualizando alguns dados socioeconômicos destes titulares que também eram coordenadores e realizando perguntas abertas que foram gravadas com a permissão dos mesmos. Deste modo realizei as entrevistas com o grupo da coordenação e procurei atualizar dados do cadastro aplicados aos núcleos familiares para analisar idade, gênero, grupo doméstico, profissão e renda familiar, assim como realizar perguntas abertas acerca do projeto e investimentos familiares, através das quais um diálogo mais rico e livre foi possível.

Realizar as entrevistas foi uma tarefa árdua, saber conduzir uma entrevista não é uma tarefa tão fácil quanto eu imaginava. Como no ano de 2020 surgiu a pandemia do novo Corona Vírus e ficamos todos impossibilitados de viajar e aglomerar, não foi possível realizar a entrevista com Fernando, o presidente da AHSPA que está envolvido nos projetos de moradia do condomínio desde o primeiro empreendimento, e que com certeza iria contribuir bastante para este trabalho. Nesse novo momento, com todas as medidas de distanciamento social, o grupo do projeto de moradia em Ipiípa passou a realizar algumas reuniões de maneira remota, infelizmente dificultando o projeto a entrar na fase obra.

Ressalto que os encontros e desencontros do trabalho de campo, as estratégias e técnicas que vão se desenhando com a trajetória no campo foram fundamentais para a opção pelas entrevistas e pelo recorte de aplicação aos coordenadores. Em determinados momentos me senti perdida em meio a um turbilhão de informações, mas a reavaliação dos dados e do tempo disponível para o fechamento do trabalho, dado o limite de meses para a renovação da bolsa de iniciação científica, foi importante para otimizar o tempo disponível

e fazer o possível para dar prosseguimento ao passo seguinte do projeto que seria a escrita da etnografia. Outros imponderáveis que se impuseram de maneira trágica não só a mim, mas a milhares de estudantes no país, também atrapalharam a conclusão das últimas entrevistas do trabalho de campo, aqueles relativos aos limites impostos pela pandemia da Covid-19 para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem de maneira presencial. Desta maneira, foi possível a realização de 7 entrevistas com os titulares beneficiários que compõem a coordenação do projeto, entre eles 2 homens e 5 mulheres.

No ano de 2019, comecei a marcar com as pessoas da coordenação, tendo em vista que não seria possível realizar com o grupo de 85 famílias. Então marcava um dia e um horário para aplicação do respectivo questionário. Como nos encontrávamos na reunião toda semana, na quinta-feira, quando aconteciam na Igreja São Pedro de Alcântara as reuniões dos coordenadores do projeto, alguns questionários foram realizados antes das reuniões e outros após as reuniões, cada um em um dia diferente e individualmente. Não fui até a casa dos coordenadores, encontrei muita dificuldade em circular por caminhos diferentes ao qual eu aprendi a percorrer. Ao chegar em Niterói, o medo e a insegurança me assombraram e isso talvez tenha me atrapalhado a obter melhores resultados na aplicação dos questionários/entrevistas. Encontrei algumas dificuldades iniciais na aplicação do questionário, acredito que poderia ter desenvolvido melhor, questionado mais algumas respostas, porém serviu como importante aprendizado.

No campo de estudo sobre as classes trabalhadoras, movimentos sociais e projetos de moradia popular, as técnicas e recursos metodológicos próprios da antropologia foram fundamentais para construção deste trabalho. Como salienta Ruth Cardoso (2004, p. 100) “os modos tradicionais de exercitar a observação participante” promovem “a participação como forma de desvendar os significados simbólicos de outras culturas”. Deste modo, ao intensificar a participação e os laços de afinidade com o grupo pesquisado o pesquisador dá um passo importante no sentido do estranhamento e não da naturalização como forma de compreender o outro.

Participando destas reuniões percebi que as reuniões de coordenação semanais tinham a finalidade de executar as decisões tomadas nas assembleias mensais, que contam com a presença dos núcleos familiares beneficiários, detalhando-as, acrescentando dinâmicas e estratégias didáticas e de comunicação a fim de mobilizar as famílias para o trabalho de organização coletiva e também resolver as pendências de ordem técnica,

burocrática e legal. Com isso, estabelecendo contato com setores do poder público e com outras instituições que sejam pertinentes ao andamento do projeto.

Os integrantes atuavam dividindo as tarefas por cada componente do grupo de coordenadores e das comissões de trabalho, como as comissões obrigatórias do programa habitacional, a Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO) e a Comissão de Representantes (CRE), estimulando e coordenando estas comissões e outras que se fizerem necessárias como a Comissão de Creche Comissão de Compras e a Comissão da Cozinha.

As assembleias apresentam como objetivo democratizar as informações, debater e deliberar sobre questões, tomando decisões sobre os assuntos pautados e sobre os encaminhamentos anteriormente realizados, planejar ações e avaliá-las, fortalecer a integração entre as pessoas, dinamizando as ações a serem incorporadas de forma autogestionária. Deste modo, são muito importantes para o trabalho prático e simbólico de mobilização do grupo de famílias beneficiárias, além de representar a integração das famílias já moradoras no condomínio ao projeto de moradia atual.

Procurei então desenvolver métodos de pesquisa ditos qualitativos através dos quais um período de convivência com o grupo em um período razoavelmente longo é importante, pois há aspectos socioculturais que não se tornam facilmente explícitos e requerem um esforço maior para seu entendimento, o que requer a coleta de um bom material que compõem os dados etnográficos. Neste sentido, o acompanhamento das atividades pertinentes ao andamento do projeto habitacional contratado por meio de observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas para o acesso a visões de mundo de seus idealizadores, lideranças e famílias beneficiárias, teve o propósito de compreender as específicas relações desenvolvidas entre as famílias trabalhadoras, representantes da Igreja São Pedro de Alcântara, do movimento social UMP-RJ, das agências governamentais e dos profissionais que atuam em organizações não governamentais dentro do campo das disputas, arranjos e adesões pela consagração de visões de mundo que configuram estratégias políticas próprias para a mudança social

1 O CAMPO E SUAS INSTITUIÇÕES

1.1 O Distrito de Ipiúba

O Município de São Gonçalo é o segundo mais populoso da capital do Rio de Janeiro com uma estimativa de 1.084.839 habitantes para o ano de 2019, possuindo

aproximadamente 248 km² (IBGE, 2019)⁴ e localizado a 20 km de distância da capital do Rio de Janeiro e a 10 Km do município de Niterói. Outro importante município da Região Metropolitana, o Distrito de Ipiúba, o maior dos cinco distritos do município, com 7.200 Km de território, possui 20 bairros, dentre eles o bairro de mesmo nome Ipiúba onde localiza-se o Condomínio Residencial Padre Antônio Revers.

O Município de São Gonçalo foi ocupado efetivamente na segunda metade do século XVII, quando os jesuítas chegaram e fixaram-se longe do litoral, na zona atualmente conhecida como Cmolumbandê. A emancipação do município de Niterói ocorreu em 1890, mas foi elevada à categoria de cidade somente em 1929. No que tange a sua localização, encontra-se localizado na orla oriental da Baía de Guanabara. Constituía nesta época, a freguesia de São Gonçalo, juntamente com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição e Cordeiro, a freguesia de Itaipu e a freguesia de Niterói (Domingues, 2011).

A área do Distrito de Ipiúba, localidade onde serão construídas as casas no Condomínio Residencial Padre Antônio Revers, é descrita em Domingues (2011) como uma área que, principalmente a partir da década de 70, sofreu a influência direta do processo de substituição de grandes propriedades rurais, com a expansão desenfreada de loteamentos sem a contrapartida de uma infraestrutura urbana adequada, “configurando-se ainda hoje como uma franja rural-urbana” (Lília Silva apud Domingues, 2011). O poder público, apesar do estímulo ao parcelamento especulativo da terra dada pela legislação da década de 60, que tornou todo o território do município de São Gonçalo urbano, não organizou sua estrutura físico-urbana, provocando como consequência o isolamento dos antigos produtores rurais em relação a incentivos agrícolas.

A criação do novo zoneamento para o território municipal na década de 90 estabeleceu o Distrito de Ipiúba como Área Periférica do Interior e destinou esta área “preferencialmente à agricultura e à preservação da vegetação das serras”, bem como a criação posterior da Zona Rural do município. Mas não garantiu a efetivação do controle do crescimento populacional de forma condizente com as características rurais da área. Ao invés disso, os loteamentos continuaram a serem aprovados sem a existência de qualquer fiscalização referente ao uso urbano do espaço tornando-se mais frequente a falta de

⁴ Informações acessadas em www.ibge.gov.br – 16/01/2020

incentivos para a atividade agrícola no município e o esgotamento dos solos (Domingues, 2011).

O loteamento desta região na década de 80 abriu espaço para o crescimento de construções habitacionais, período que iniciava a configuração dos bairros Ipiíba e Santa Izabel. “As propriedades estavam, nesse momento, mais fragmentadas, dando lugar a pequenos sítios que se destinavam à fruticultura e à criação extensiva. Mas a intensificação do crescimento demográfico marcou decisivamente o abandono das atividades agrícolas” (Domingues, 2011, p. 43).

Com o aumento populacional mais recente na região, em razão da facilidade de pagamento e valores mais baixos dos lotes, com acessibilidade, ainda que precária, ao centro do município de São Gonçalo e aos municípios de Niterói e Rio de Janeiro, cresce o risco de se reproduzir os problemas encontrados nos centros urbanos, principalmente, os relativos à segurança.

Deste modo, a luta pela “moradia digna” e por outros direitos sociais neste espaço, revelam as dificuldades, como indica Domingues (2011:41), de realizar “o dever de preservação das disposições de um lugar que guarda as belezas naturais desta região outrora efetivamente rural, a fim de viabilizar o ideal em voga do ‘desenvolvimento sustentável’”. As terras originárias do rural são vendidas e apropriadas, legal ou ilegalmente, por uma população que cresce, ainda hoje, vertiginosamente.

A industrialização, a partir da década de 1930, propiciou a expansão de São Gonçalo como “cidade dormitório”. Os trabalhadores se deslocavam para o Rio de Janeiro e Niterói a trabalho. Na década de 1930 se estabeleceu também como cidade industrial, em parte pela viabilidade dos terrenos e em parte pelas matérias-primas disponíveis e a mão-de-obra barata encontrada na zona rural (Domingues, 2011:42). Segundo Silva apud Domingues (2011), na década de 50, São Gonçalo já possuía mais de 70 indústrias, sendo estas: indústrias metalúrgicas, de laminados, de cimento, papel, fósforo, sardinhas em conserva, de vidro, cloro, soda cáustica etc.

No período de 1940-1960 a produção industrial do município foi significativamente relevante para o Estado do Rio de Janeiro a ponto de o município receber a denominação de “Manchester Fluminense”. Nas adjacências do núcleo de Alcântara e no Distrito de Ipiíba foram instaladas olarias refletindo o aumento das construções em áreas próximas. Com isso, a rápida e desordenada expansão urbana facilitou os loteamentos das

antigas propriedades rurais, que não foi acompanhada, entretanto, de melhorias e ordenamento urbano (Domingues, 2011).

Assim, como conclui Domingues (2011, p. 38-42), esta é uma área caracterizada pela “liminaridade entre o rural e o urbano” e neste contexto esta região é:

“...ainda mais carente de serviços públicos e urbanos essenciais que outras áreas periféricas, para onde foi atraído um contingente populacional que não possui condições socioeconômicas para adquirir lotes ou casas próprias mais próximos aos centros urbanos de Niterói e do Rio de Janeiro. A área ainda é desprovida de infraestrutura urbana, com ocupações irregulares, dificuldade de acessibilidade e de deslocamento para os moradores, além de pouca oferta de comércio e serviços”.

Deste modo, a mobilização de seus moradores para a promoção de melhores condições de habitabilidade e de oferta de serviços públicos, precários na região, sobretudo com relação a educação pública e a saúde mostra-se fundamental. Neste contexto a experiência de luta pela moradia no condomínio busca ser exemplar de investimentos em formação política também com este objetivo.

1.2 Associação Habitacional São Pedro de Alcântara

A Associação Habitacional São Pedro de Alcântara (AHSPA) foi constituída em 1998 a partir do investimento de um grupo de moradores do bairro Alcântara da cidade de São Gonçalo e adjacências, ligado à Igreja Católica de mesmo nome. O padre da paróquia São Pedro de Alcântara, sensibilizado com a carência habitacional para a população de baixa renda no município, mobilizou-se para gerar um fundo coletivo com arrecadação mensal pelas famílias da região para a compra de um terreno em Ipiúba, visando atender a demanda por moradia das famílias cadastradas. No entanto, as dificuldades financeiras da maioria das famílias cadastradas inviabilizaram a arrecadação do valor do terreno por poupança. A iniciativa concretizou-se então através de um empréstimo com a própria Igreja São Pedro de Alcântara, a qual realizou o financiamento do terreno às primeiras 37 famílias interessadas através da associação habitacional e apresentou, como recurso para a compra do terreno, um empréstimo bancário (Domingues, 2011).



Figura 1: Igreja São Pedro de Alcântara.
Foto de Google, Acessado em: 10/10/2020.

A área foi comprada no ano 2000 e registrada como condomínio Residencial Padre Antônio Revers. A perspectiva era de acolher 197 famílias com o objetivo de possibilitar moradia de qualidade às pessoas que não têm recursos próprios para obtê-la⁵. Tal conquista significava lutar por uma política pública que fizesse um financiamento para a construção das moradias com a infraestrutura necessária. O primeiro grupo de 37 famílias obtiveram o financiamento do material de construção das casas quando padre Antônio, então presidente da Associação São Pedro de Alcântara e pároco da igreja de mesmo nome, realizou o contato com a FBR, a qual iniciou o assessoramento técnico e jurídico ao grupo disponibilizando profissionais da área de engenharia, arquitetura, direito e serviço social às famílias para a viabilização da cooperativa por sistema de mutirão familiar da mão-de-obra e pelo estímulo a autogestão do empreendimento.

O condomínio foi instituído por registro de sua respectiva Convenção em 2009. É dividido em 15 quadras distribuídas em uma área total de 67.390,00m². O projeto arquitetônico aprovado integra uma praça/área de lazer com 1684,50 m², um centro

⁵ Informações retiradas do Projeto de Trabalho Social – 2018/2020. Condomínio Residencial Padre Antônio Revers, Ipiúba – São Gonçalo/RJ.

comunitário que engloba a portaria com 428,90m² e um depósito de lixo com área de 30,90m². O condomínio deverá ter um Conselho Administrativo e cada quadra um síndico e subsíndico. A construção das 85 casas segue a legislação de construção civil para a região e por isso elas deverão ser construídas em pavimento único. A casa terá 42,52m² de área construída, com uma sala, dois quartos, um banheiro, uma cozinha, área de serviço, garagem para um carro e uma varanda com 2,64m².



Figura 2: Foto de um banner que ficava na parede do escritório de Dona Dalva, contendo algumas fotografias do Condomínio Residencial Padre Antônio Rever. Imagem do Acervo Pessoal.

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) entra como parceira da Associação Habitacional São Pedro de Alcântara no ano de 2006, quando o movimento precisava de parcerias para ter mais pessoas envolvidas e engajadas na luta por moradia. Segundo o presidente da AHSPA Fernando, foi através da FBR que começou essa parceria, conseguindo resgatar o movimento, pois segundo ele o movimento estava bem devagar, mas acompanhava um momento em que as cooperativas e associações se encontravam no auge, período do Governo Luís Inácio Lula da Silva. Desde então, o movimento social é parceiro dos projetos habitacionais em São Gonçalo e neste projeto é a instituição que

representa os moradores e os novos beneficiários, que através das coordenações estaduais e regionais organiza ação reivindicativas acerca das questões habitacionais junto a órgãos competente no país.

O padre Antônio foi uma figura muito importante neste contexto e junto com ele toda rede institucional católica. De acordo com Dona Dalva, que acompanhou o empreendimento habitacional assessorando o Padre Antônio Revers, ele era holandês e estabeleceu-se no Brasil em 1956, sendo considerado muito atuante em relação ao desenvolvimento de obras assistenciais. Desta maneira fundou em 1992, *com grande dedicação e carinho*, como afirma Dona Dalva, o Movimento Pró-Criança e a Casa da Acolhida, e em 1998, fundou também o Albergue da Misericórdia e a Associação Habitacional São Pedro de Alcântara.

A associação foi criada com o intuito de financiar o terreno para a construção de casas populares em parceria com a FBR que desenvolvia um trabalho de capacitação familiar para a autogestão no processo de organização do cooperativismo habitacional que poderia também ser misto, no sentido de propiciar o desenvolvimento de cooperativas de produção e de serviços, com estímulos a geração de renda para as famílias cooperadas.

Segundo Dona Dalva, o Padre Antônio, em contato com um arquiteto que trabalhava na FBR interessou-se pela proposta e metodologia de trabalho do programa habitacional desenvolvido pela ONG que recebia subsídios de organismos internacionais. Havia uma organização preliminar de um grupo de famílias identificadas por ela e por outros colaboradores religiosos que atuavam na Igreja São Pedro de Alcântara. No entanto, como foi dito anteriormente, a falta de condições financeiras das famílias não permitia que eles pudessem contribuir com valores antecipados para compra do terreno e do material de construção das casas. Como salienta Domingues (2011) acerca deste investimento material e simbólico das primeiras famílias que ocuparam o espaço do condomínio Padre Antônio Revers:

Os esforços coletivos para a melhoria das condições de vida, que assumiu a dimensão objetiva de construção da casa própria, se revestem de outros significados para além das questões econômicas das trocas materiais. As trocas, realizadas neste contexto, são também de outra ordem, apoiadas em outra economia, a “economia dos bens simbólicos” (Bourdieu, 2009), por meio da qual as coisas trocadas, ainda que materiais, se revestem de significados simbólicos. (Domingues, 2011, p. 47).

Deste modo a associação deu materialidade ao sonho da casa própria destas famílias que passaram a projetar suas esperanças em uma melhor qualidade de vida ao poderem ficar livres do aluguel que comprometia o orçamento familiar e também das condições insalubres de moradia em muitos casos. A ASPHA é sem fins lucrativos. De acordo com as disposições legais que lhe foram aplicadas e suas normas internas ela se materializa no Artigo 53, do Código Civil, sendo formada pela união de pessoas e apresentando personalidade jurídica própria e distinta de seus associados. Com a finalidade de organizar suas deliberações a associação tem três órgãos essenciais, sendo eles: Assembleia Geral, órgão deliberativo; Diretoria Executiva, órgão administrativo; Conselho Fiscal, órgão fiscalizador. A administração da ASPHA, como descrito em seu Estatuto Social, é atributo da diretoria, composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro com validade de dois anos (Estatuto Social, s/d).



Figura 3: Assembleia geral.
Imagem do Acervo Pessoal.

O controle do planejamento e a administração da instituição são realizados pelo Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos, devendo atuar por um ano. Os membros efetivos são eleitos pela maioria em assembleia geral, órgão máximo da associação. Ao Conselho Fiscal compete a fiscalização das atividades e operações da

Associação, através do exame mensal dos balancetes, do balanço anual e dos livros e documentos a ele referentes.

A AHSPA tem por objetivo proporcionar aos seus associados o acesso ao terreno e ao material de construção aos que necessitarem a preço de custo, a fim de viabilizar o empreendimento habitacional aprovado pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG). As arquitetas que prestam assessoria para a construção das novas unidades habitacionais através do programa MCMV-E e realizam todo o planejamento arquitetônico para obter uma casa com melhor infraestrutura possível para o grupo de famílias, foram contratadas pela Associação.

Apesar de no projeto se procurar seguir os princípios do cooperativismo, descritos em Domingues (2011, p. 50) como "ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade", não é obrigatório os associados construam suas casas pelo regime de mutirão da mão-de-obra. Segundo manual da Caixa Econômica Federal (CAIXA, s/d) elas podem ser construídas pelos seguintes regimes de construção: Mutirão autogerido com acompanhamento do Responsável Técnico (RT) para a elaboração do projeto construtivo e execução da obra, regime aderido pelo projeto de moradia em Ipiúba. Autoconstrução Assistida com acompanhamento do Responsável Técnico (RT) para a elaboração de projeto construtivo e execução da obra em unidade isolada. Administração Direta onde ocorre a contratação de profissionais ou empresas apenas para execução de serviços que demandem especialização e por Empreitada Global, onde ocorre a contratação de empresas especializadas para execução total do empreendimento, sob gestão da (EO) e dos beneficiários. Conforme as informações de Luísa arquiteta contratada para o projeto, a modalidade de construção por mutirão autogerido ocorre quando uma população organizada tem ao seu lado um corpo técnico (arquitetos, engenheiros ou outros técnicos da construção civil que se fizerem necessário) auxiliando a gerir uma obra. Entende-se que essa gestão deve seguir as orientações técnicas do momento e da cultura no qual está inserido. Em geral é feito com responsabilidade técnica, ou seja, os técnicos se responsabilizam por esses serviços, junto a figura organizada da população, sendo mais utilizada quando há financiamento público e legal envolvido.

1.3 A União Nacional por Moradia Popular

A criação em 2005 do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e mais recentemente, em 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida na modalidade Entidades, pode ser vista como uma conquista das reivindicações do movimento popular União Nacional por Moradia Popular (UNMP), que integra o Fórum Nacional de Reforma Urbana (Domingues,2011).

O movimento integra o debate sobre reforma urbana, sobre o direito coletivo de usufruir o espaço da cidade com qualidade que incorpora o direito “à moradia digna, aos meios de subsistência, ao saneamento ambiental, a saúde e educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e informação”. A UNMP, como movimento, inicia-se em 1989 e consolida-se “a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05)”⁶.

Inicialmente formado pelos movimentos por moradia do Estado do Paraná, São Paulo e Minas Gerais a UNMP possui representação em 16 estados brasileiros, entre eles o Rio de Janeiro. A atuação ocorre “nas áreas de favelas, cortiços, sem teto, mutirões, ocupações e loteamentos” com “objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social”.

Em seu estatuto, a UNMP é formalizada como “uma associação civil, sem finalidade lucrativa, de cidadãs e cidadãos oriundos dos movimentos populares que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, defesa do direito à moradia, autogestão e reforma urbana, com vistas à eliminação da exploração, da dominação, da opressão, da desigualdade social, da injustiça e da miséria, trabalhando pelo fim do déficit habitacional e pela modificação das péssimas condições de vida dos Sem Teto em nosso país e no mundo”

A UNMP defende a participação popular nas políticas públicas, a autogestão e o controle no que concernem ao “direito à moradia” e ao “direito à cidade”. O movimento é radicalmente contra as remoções e contra a criminalização dos movimentos sociais,

⁶ As informações aqui descritas acerca da UNMP foram acessadas em www.unmp.org.br – acesso em 29/01/2020

atuando por meio de reivindicações, lutas concretas, negociações e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas do governo.

Através da pesquisa pude participar de um dos encontros estaduais promovidos por representante da UMP-RJ e entender como ele se viabiliza a nível estadual e encaminha discussões nacionais a respeito do direito à moradia no país. Assim, o VII Encontro Estadual da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro, no qual estive presente, a convite de associados ao movimento que integram o projeto de moradia popular no condomínio, aconteceu no Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA), nos dias 08, 09 e 10 de novembro de 2019. O encontro teve como objetivo principal a organização para o encontro nacional que aconteceria em maio de 2020 no Maranhão, mas que em razão da pandemia foi cancelado.



Figura 4: VII Encontro Estadual da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro. Imagem do Acervo Pessoal.

A caminho do encontro, na Central do Brasil, encontrei-me com uma das coordenadoras do projeto e seguimos juntas para a Fiocruz. Ao chegar no espaço combinado não conhecia muitas pessoas que estavam ali presentes. Do grupo de famílias beneficiárias somente Lúcia e suas filhas foram ao meu encontro. Todavia, entendi que se encontravam presentes representantes do movimento de outras regiões do Estado do RJ. Além do grupo de Ipiúba, participaram os grupos Guerreiras da Esperança, de Jacarepaguá, Vitto Giannotti e Quilombo da Gamboa, de Santo Cristo e João Cândido, de Santa Cruz. O encontro contou com a participação de cerca de 80 pessoas. No encontro foi possível

conhecer os coordenadores da UMP-RJ Gustavo e Jéssica, sendo importante frisar que Jéssica é uma figura muito importante diante das lideranças dos movimentos de luta por moradia no estado do Rio de Janeiro.



Figura 5: Reunião de Coordenação que ocorria semanalmente para discutir o andamento do projeto MCMV-E Ipiúba.
Imagem do Acervo Pessoal.

Durante os dias do encontro foram relatadas as dificuldades diante do atual cenário político e da tão falada crise econômica que já atingia os mais pobres antes mesmo da pandemia por Covid-19 que tornou as desigualdades sociais mais explícitas e agudas. No encontro enalteceu-se a força do movimento, reforçando as conquistas acumuladas no campo da moradia em anos anteriores. Além disso, abordou-se a necessidade da formação de base, uma das articuladoras presente no encontro disse: *“com paciência para dialogar e reconstruir a cidadania. O movimento de moradia está do lado do povo, travando uma luta de classe”*. Como enfatizou Jéssica durante o encontro, *a moradia é a porta de entrada para os outros direitos*. O encontro serviu para unir forças do movimento social de luta por moradia, tendo o cooperativismo como essência e traçando estratégias de luta para capacitação das famílias acerca da autogestão.

Estamos vivendo nesse momento algo que já vivi no passado. Nesse momento de crise, pessoas recolhendo alimentos para quem não tem. Estamos envolvidos com os trabalhos de base, a transformação e cotização para alimentação. Primeira vez que vejo essa necessidade! A União quando vem para o Rio ela vem com a função de autogestão, habitação de qualidade, a luta para reverter a lógica que a cidade é feita para dar lucro. Ela tem que garantir a cidadania, educação, saúde, previdência e moradia, condições minimamente humanas! (Jéssica, Coordenadora da UMP-RJ)

Discutiu-se o encaminhamento do último encontro nacional, ocorrido em São Paulo, de que seria preciso esclarecer para as pessoas que se associam ao movimento as diretrizes organizativas do movimento, fortalecendo a concepção do direito à moradia a partir da defesa do direito à cidade. Como propôs o coordenador Gustavo:

Um princípio fundamental para União é a questão do direito à moradia com o direito a cidade, uma cidade que não seja mercadoria, que não entra a questão da história de vender a casa. Estamos aqui com o princípio da União para lutar por moradia, não como o objetivo de construir para vender ou alugar. (Gustavo, coordenador da UMP-RJ)

Na concepção de (Tayolari, 2016, p.104) “O direito à cidade vai ser entendido como um direito humano de *outro tipo* por ser coletivo, inalienável e permitir transformar a cidade de acordo com os desejos do coração, o que desafiaria o sistema capitalista” o direito à cidade é uma “utopia”, uma plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares contra a lógica capitalista excludente, onde ocorre a mercantilização do espaço urbano. A partir então da valorização da experiência de luta por espaços de expressão do direito a uma vida digna a autora projeta o conceito de cidade como espaço de disputa e do “fazer cidade”, como propõe (Agier, 2015) que se opõe a visão de um lugar apenas de “grandes escritórios de classe média/alta”. No sentido descrito por Marta Marques (2004), no circuito de trocas entre o campo e a cidade no que se refere às demandas pelo território enquanto lócus de afirmação do direito a reprodução social dos trabalhadores (as), muitos trabalhadores (as) se qualificam politicamente por meio da proposição de organização comunitária e passam a afirmar como projeto político, também na cidade, o ethos da campesinidade que partilham e de que nos fala Carlos Brandão (2004) citando o clássico trabalho de Klaas Woortmann a respeito do campesinato como ordem moral. Este ethos pressupõe relações mais solidárias, de honra e de reciprocidade

das pessoas entre si e delas com a natureza, marcando, portanto, uma afinidade com as propostas de luta pelos direitos sociais por meio da cooperação e da ajuda mútua.

O momento atual de crise sanitária vivida com a pandemia do Covid-19 deixou claro que uma casa com condições dignas é crucial para a saúde e defesa da vida. Como defende Tayolari:

“No caso da luta por habitação, falar em direito à cidade aponta para uma dimensão coletiva maior que não está inscrita no direito à moradia. Não ter casa não significa apenas não poder permanecer fisicamente na cidade, mas não pertencer a seus laços sociais”. (Tayolari, 2016, P. 106)

1.4 O Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.

O Programa Minha Casa Minha vida – Entidades (PMCMV-E), segundo manual da Caixa Econômica Federal (CAIXA, s/d) foi criado a partir da publicação da Lei nº 11.977, de julho de 2009 e suas posteriores alterações, com objetivo de atender as necessidades de habitação da população de baixa renda, garantindo o acesso a moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade e segurança aos beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora (EO).⁷

Os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União – OGU, aportados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS. Na faixa 1 do programa podem ser beneficiárias pessoas físicas com renda familiar bruta mensal de até R\$ 1.800,00, permitindo-se que até 10% das famílias de cada empreendimento atinjam renda de até R\$2.350,00⁸. A Caixa Econômica Federal é a credora fiduciária do projeto habitacional e o valor do financiamento é limitado a R\$ 75.000,00 por unidade. O valor líquido da prestação a ser paga pelos beneficiários durante 10 anos corresponde a 5% da renda bruta familiar mensal.

⁷ “A principal regulamentação do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades é dada pela Lei Federal nº 11.977/2009, pela Resolução CCFDS 183/2011 e pela IN 34/2011, com alterações promovidas posteriormente.”

⁸ Não podem participar do programa como beneficiários os titulares que sejam titulares de financiamento habitacional ativo e proprietários ou compradores de imóvel residencial em qualquer parte do país, tenham recebido, em qualquer época, subsídios diretos ou indiretos para a compra de imóveis, tenham restrições no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e na Receita Federal (CAIXA, s/d).

Devem ser priorizados como beneficiários as mulheres chefes de família – uma pauta historicamente defendida pelos movimentos sociais de moradia popular, como indica Domingues (2011) –, as famílias de que façam parte pessoas com deficiência, idosos e populações em vulnerabilidade social. No projeto em questão, a maioria dos titulares é feminina, como veremos na apresentação das famílias integrantes do projeto. A planta padrão da casa é adequada ao cadeirante, como por exemplo, as portas das casas financiadas possuem uma largura específica para a circulação da cadeira de rodas sem provocar constrangimento ao seu usuário.

O Ministério das Cidades (Mcidades) é o órgão gestor do programa responsável por estabelecer critérios, procedimentos e parâmetros básicos para análise, seleção e contratação das propostas apresentadas pela EO. A EO deve tornar os critérios de seleção dos beneficiários público, sendo também responsável por reunir, apoiar e organizar as famílias no desenvolvimento do projeto, além de apresentar os documentos necessários e solicitados pela Caixa Econômica Federal (CEF) que é o agente operador e financeiro responsável por acompanhar e analisar as propostas de intervenção habitacional com relação aos aspectos jurídicos.

O programa habitacional possui três etapas, sendo elas, Pré-obra, Obra e Pós-obra. Em sua fase pré-obra, “iniciado no mínimo em até 90 (noventa) dias antes do início da obra” ,fase em que o projeto se encontra, o Trabalho Social é crucial, tendo objetivo de capacitar os beneficiários a se organizarem coletivamente na construção de melhores condições de vida e assumirem o protagonismo no que diz respeito à conquista e à gestão do projeto habitacional. A fase obra “executada durante as obras, após a assinatura do contrato”, é quando acontecerão as atividades em mutirão com a finalidade de praticar a experiência do coletivo, fortalecendo as relações interpessoais. Acredito que essa fase é uma das mais motivadoras do projeto, onde os beneficiários começam a ver a construção das respectivas casas. A fase pós-obra ou fase pós-ocupação, a mais aguardada pelos beneficiários, é “iniciada imediatamente após a conclusão das obras e terá duração de até 90 (noventa) dias”. Tem a finalidade de monitorar e avaliar o funcionamento do condomínio e a mobilização das famílias, momento de consolidação de parcerias e de

organização para conquistar melhorias em termos de infraestrutura para o espaço, como equipamentos e serviços públicos⁹.

A CAIXA contrata diretamente as famílias associadas para a realização da etapa da obra através de um termo de adesão ao projeto, através da qual elas tornam-se selecionadas antecipadamente. Apenas na etapa final da construção habitacional as famílias irão assinar os contratos de financiamento individual. Referente ao pagamento de Assistência Técnica, Legalização e Trabalho Social previstos no projeto há o Contrato de Mútuo que permite antecipar os valores financeiros necessários através da alienação fiduciária em garantia do programa habitacional.

Como foi dito anteriormente, 37 núcleos familiares, que são ex-cooperados da antiga cooperativa habitacional que existiu no espaço, já moram no condomínio. Além destas, há 21 famílias moradoras que adquiriram seus lotes e construíram suas casas com recursos próprios. Segundo valores atuais cada lote custa R\$ 4.770,00. Este valor é reajustado de acordo com o valor do salário mínimo. Os lotes referentes ao projeto de moradia permanecem no nome da Associação até o fim do projeto. Os outros 85 lotes estão comprometidos com o projeto habitacional do PMCMV-E, cujas casas serão construídas por processo de autogestão, com a participação direta das famílias em todas as etapas do projeto, ou seja, durante as fases pré-obra, obra e pós-obra. Todas estas famílias, com formas diferenciadas de incorporação ao condomínio e experiências de cooperação para autoconstrução e para a autogestão mais ou menos compartilhadas, deverão em algum momento coabitar o mesmo espaço e participar das decisões coletivas que envolvem as condições de moradia no bairro e na cidade.

Neste projeto, conforme estabelecido no PMCMV-E, os regimes de construção permitidos são a autogestão, incluindo autoconstrução, mutirão ou autoajuda, a administração direta e a cogestão, que inclui a empreitada global (Caixa Econômica Federal – Manual- PMCMV-E). Em decisão da plenária, o regime de construção adotado no projeto de Ipiíba foi a autogestão, pressupondo também o mutirão familiar para a construção de parte do centro comunitário, das casas, da infraestrutura e pavimentação das ruas, contemplando 7% do valor do orçamento total do projeto que é de R\$ 662.554.71. Ainda não se decidiu quantas horas serão trabalhadas por semana em regime de mutirão

⁹ Informações acessadas em <http://autogestao.unmp.org.br> – 16/06/2020

familiar. Discutiu-se a possibilidade de estipular 16 horas semanais por cada núcleo familiar. Neste caso, o trabalho será realizado aos finais de semana, no entanto, durante a semana haverá profissionais contratados para abrir frentes de trabalho para as famílias nos finais de semana.



Figura 6: Reunião de Coordenação.
Imagem do Acervo Pessoal.

Nos casos em que não for possível o comparecimento do núcleo familiar para realizar o mutirão, o núcleo em questão terá que pagar à AHSPA o valor de R\$ 80 reais a hora trabalhada para contratação do servente “ajudante” de obra. Segundo a visão de Renato, arquiteto auxiliar do projeto, o mutirão irá possibilitar o entrosamento e união do grupo, além de economizar os recursos do projeto com o objetivo de dar mais qualidade às moradias construídas. Assim, segundo sua visão, as atividades do mutirão têm a finalidade de praticar a *experiência do coletivo*, fortalecendo as relações interpessoais, estimulando o conhecimento de todas as fases do projeto social e otimizando os recursos do orçamento, de maneira a promover uma melhor qualidade do projeto.

Neste processo de autogestão do projeto, incluindo o trabalho de mutirão, a capacitação das famílias será fundamental, tanto para a ação competente de construção e de manutenção das casas e dos espaços coletivos, quanto para a aprendizagem do *trabalhar coletivamente*.

No condomínio, por exemplo, o projeto contempla não apenas a construção das casas, como apontei, mas também a construção de espaços de lazer, cultura e trabalho, como uma praça, uma creche e um centro comunitário. O objetivo é gerar serviços comunitários e renda às famílias. Com isso, o centro comunitário servirá para a realização das reuniões do condomínio e para guardar os documentos dos projetos de moradia realizados no espaço e também como espaço de fomento a projetos culturais para os jovens que incluam, por exemplo, atividades esportivas e capacitação para o trabalho.

1.5 Os núcleos familiares beneficiários

Os titulares dos núcleos familiares beneficiários do projeto aprovados pelo Sistema de Tratamento de Arquivos Habitacionais da Caixa Econômica Federal (SITAH) são atualmente 80. Cinco foram recentemente descredenciados pelo coletivo por não cumprirem critérios mínimos de participação, como a presença nas assembleias mensais e deverão ser substituídos¹⁰. Do total de titulares, 50 são mulheres, representando 62,5% do total e 30 são homens, representando 37,5% restantes. Entretanto, os dados acerca do perfil familiar aqui apresentados referem-se aos 65 núcleos cadastrados pela coordenação. Os demais 15 cadastros encontram-se em processo de elaboração pela coordenação porque a equipe aguarda a regularização dos respectivos titulares familiares no sistema de avaliação da Caixa Econômica Federal. No atual momento, os beneficiários não devem sair do projeto até o grupo se completar.

Dos 65 titulares dos núcleos familiares cadastrados 6 possuem entre 20 e 29 anos; 14 possuem entre 30 e 39 anos; 16 possuem entre 40 a 49 anos e 17 possuem entre 50 a 59 anos. A faixa etária de adultos de 30 a 59 anos corresponde a 72% do total de titulares analisados e a dos mais jovens representa apenas 9%. Representando os idosos há 12 titulares; 8 possuem entre 60 e 69 anos; 3 possuem entre 70 e 79 anos e 1 possui 81 anos. Eles representam 18% do total. A maioria dos titulares é então feminina, concentra-se na faixa etária dos adultos, a partir, principalmente, dos 30 anos.

Quanto a escolaridade, 32 titulares que perfazem 49% do total possuem o ensino fundamental, mas destes apenas 8 o completaram. Entretanto, o ensino médio está também

¹⁰ A equipe de coordenação do projeto solicitou que as famílias indiquem interessados que se encaixem no perfil do projeto que possam substituir os 5 núcleos familiares excluídos e que já possuam Número de Inscrição Social (NIS) para facilitar a adesão ao programa junto à CAIXA. Também foi levado para a pastoral da igreja para ver se tenha alguém necessitando de moradia.

bem representado, 30 titulares possuem o ensino médio, o que representa 46% do total. Diferentemente dos representantes do ensino fundamental, uma parcela maior dos que realizaram o ensino médio o completaram, 18 titulares. Apenas 3 titulares possuem ensino superior, representando 5% do total.

A maioria dos núcleos familiares cadastrados, 28 titulares, 43% do total, moram em imóveis alugados, um destes através de aluguel social; 19 titulares, 29% do total, moram em domicílios emprestados temporariamente; 7 titulares, 11% do total, moram em imóveis cedidos ou herdados; 6 titulares, 9% do total, moram com os pais ou no quintal de parentes; 4 titulares apenas, 6% do total, construíram imóveis onde moram a partir de ocupação, cessão ou compra do terreno. Destes, apenas 1 comprou o terreno, sendo importante relatar que 55 titulares, 85% do total, descreveram morar em área de risco pela existência de violência no lugar onde moram e 10 titulares, 15% dos titulares, informaram outros motivos. Estes últimos descreveram morar em área de encosta, em área alagada ou precária em termos de saneamento básico, risco de enchentes e outros tipos de risco.

Os dados, associados às motivações pessoais para a adesão ao projeto, que irei apresentar posteriormente, indicam que é preciso estar atento a importância da conquista da casa própria para a desoneração da família relativa aos gastos com aluguel e para a possível devolução de imóvel emprestado. Tal situação, a ocupação de um imóvel cedido, entendida sempre como provisória, contradiz o que nos lembra Woortmann (1982) a respeito do valor da casa para as famílias trabalhadoras realizarem-se enquanto tais, atendendo ao ciclo doméstico em suas diferentes fases, o que inclui, em muitos casos, o abrigo de novos núcleos familiares constituídos pelos filhos. Além disso, poder contar com uma suposta qualidade de vida familiar em termos de segurança de seus membros, através da migração para a região onde se desenvolve o projeto de moradia, pode dar sentido ao valor da casa em termos do investimento simbólico e material ao longo das gerações.

Um dado importante analisado foi a existência de ocupações profissionais ligadas ao trabalho de construção civil e também uma variedade de ocupações que podem ser úteis ao processo de autogestão do projeto como um todo, que podem colaborar na implementação de comissões de trabalho, como as comissões de mobilização, cozinha e creche, por exemplo, além das comissões obrigatórias do programa, a comissão de acompanhamento de obras e a comissão de representantes. Deste modo, as experiências profissionais das pessoas poderão ser mediadas pela capacitação para a autogestão e pela

vivência do projeto, contribuindo não apenas para o exercício da fase obra, mas também para o pós-obra, para a organização, manutenção e desenvolvimento do condomínio nesta fase.

As ocupações declaradas pelos titulares dos núcleos familiares cadastrados são as seguintes: pedreiro; ajudante de pedreiro; pintor; técnico em elétrica; técnico em segurança do trabalho; maçariqueiro; serralheiro; mecânico; auxiliar de estoque; auxiliar administrativo; serviços gerais; secretária; recepcionista; balconista; vendedora; enfermeira; técnico em enfermagem; cuidador de idoso; auxiliar de creche; doméstica (ocupação representada por 9 mulheres titulares); diarista (ocupação representada por 4 mulheres titulares); costureira; segurança; motoboy; frentista; músico; manicure; motorista. Entre os titulares encontram-se ainda 4 aposentados e 3 mulheres que são donas de casa.

Os dados sobre os integrantes desempregados ficaram defasados pela atual crise econômica e pandêmica, necessitando serem recolhidos novamente os dados referentes ao emprego e a ocupação. Nas assembleias se verificou a dificuldade por parte de um número razoável de pessoas que justificavam a falta de dinheiro para ir às reuniões, exatamente por estarem desempregadas. Há ainda uma parcela considerável que possui baixa participação e engajamento no projeto.

Na medida em que o projeto em sua fase pré-obra foi avançando, as famílias que não se enquadravam nos critérios exigidos no PMCMV-E foram vendendo os lotes para outras famílias, criando uma mobilidade e rotatividade no grupo, segundo informações da assistente social Maria Célia. Os relatos acerca do acompanhamento do grupo de coordenadores do projeto durante as reuniões mensais dão conta dos problemas relativos à administração dos casos de baixa ou ausência de participação familiar, dos desafios impostos a gestão do projeto e soluções encontradas a fim de salvaguardar o direito à moradia dos beneficiários contemplados pelo contrato com o governo federal.

As mulheres, como assinaléi anteriormente, são maioria no projeto e têm uma trajetória muito importante na luta por moradia. São elas que sustentam sobremaneira os valores simbólicos da casa. Woortmann (1982), por exemplo, expõe os valores simbólicos da casa para a família da seguinte maneira:

A casa é, então, a “materialização” da família, o espaço ritual onde seus membros interagem; é, também, o locus da reprodução da força de trabalho de seus membros individuais, na medida em que a família é uma estrutura de reprodução (Fausto Neto, 1978), e ainda, como coloca Macedo (1979), é no seu interior que as famílias constroem o

seu mundo próprio e, através dele, se relacionam com o mundo externo. Ou, como me foi dito em Brasília, “o pobre só é gente dentro da casa dele. (Woortmann, 1982; p. 120).

2 A PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO

A autogestão é um instrumento de luta e de organização popular, um meio de qualidade. Como forma de organizar a luta por moradia e gerir recursos destinados a promoção da moradia popular pressupõe o trabalho de organização comunitária e na perspectiva do movimento UNMP o mutirão familiar que, além de melhoria na qualidade do projeto habitacional, também rompe com a cultura individualista, capitalista, que atende a elite deste país. A autogestão questiona o poder público sobre a produção privada de habitação social financiadas com recursos públicos. Atuando como ferramenta política, muito importante nos movimentos de moradia, carrega em seu significado a relação coletiva do grupo envolvido, enquanto um processo participativo e colaborativo entre os sujeitos. (UNMP, 2019).

Na trajetória de lutas e conquistas dos movimentos de moradia algumas alianças foram fundamentais para construir propostas e experiências no campo da autogestão, entre elas a figura da assessoria técnica, também conhecida em algumas comprometidos com a produção social da cidade e também aliados às lutas dos movimentos de moradia. (UNMP, 2019; p.14).

Neste sentido, conforme idealizada pela assistente social Maria Célia, a autogestão é entendida como um processo de construção de cidadania e empoderamento das famílias, sempre buscando realizar este objetivo por meio da valorização de seus saberes e valores tradicionais, tais como a solidariedade, a empatia, a reciprocidade como princípios fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Tal proposição, como aponta Domingues (2011, p. 50-51) acerca do cooperativismo e da experiência da autogestão, pressupõe “o compartilhamento de um conjunto de valores próprios às classes trabalhadoras, reconhecendo sua força de coesão e cooperação porque baseada em ‘princípios fundamentais do cooperativismo’”. Propõe “uma associação com o patrimônio cultural das classes trabalhadoras, acumulado na sua convivência intensa e com a rede social mais ampla”.

Segundo o movimento UNMP “a autogestão na habitação é a própria comunidade gerindo o processo de solução para sua habitação. É a comunidade organizada, em movimentos populares, associações e cooperativas, que decide a solução para sua própria habitação, seja em ações de produção habitacional ou na urbanização de uma área. Em etapas como a definição do terreno, o projeto, a escolha da equipe técnica ou as formas

de construção, a autogestão é também o controle dos recursos públicos e da obra pela própria comunidade”¹¹.

O trabalho em mutirão, enquanto ferramenta de realização da autogestão que pressupõe esta desejada busca por autonomia, resgata os valores dos beneficiários envolvidos. Isto é, além da força de trabalho ressalta os sujeitos da construção de sua história ao mesmo tempo em que ajuda a economizar em mão de obra contratada. Assim, é importante ressaltar que a opção para o trabalho de mutirão vai além de um meio para baratear o custo final das casas, o trabalho em mutirão engloba a participação de todos, sem nenhuma exclusão, pelo contrário, suas premissas são muito inclusivas, valoriza o fazer coletivo. “O mutirão na obra incrementa novos valores ao grupo de futuros moradores, são valores ligados ao trabalho manual, ao corpo, à solidariedade, ao pertencimento, à intervenção e ao vínculo social”. (UNMP, 2019; p.14)

Retrato aqui um recurso pedagógico interessante para tornar a proposta de mutirão familiar da mão-de-obra compreensível às famílias envolvidas no projeto. Trata-se da “dinâmica do bolo” proposta pelo arquiteto Renato, ex-funcionário da FBR que acompanhou o processo de capacitação do grupo das 37 famílias cooperadas no condomínio. Foi uma iniciativa para demonstração de como ocorrerá o trabalho em mutirão. Em uma das assembleias realizou a dinâmica da Receita do Bolo com os representantes familiares presentes para que pudessem compreender a contabilidade dos custos dos materiais de construção por unidade habitacional, principalmente as mulheres, maioria dos titulares dos 85 núcleos familiares.

Explicou como na receita de um bolo todos os ingredientes têm a sua quantidade certa assim como no canteiro de obras todos os produtos utilizados na construção civil também devem ter. Renato levou o material para fazer o bolo e foi calculando o valor de cada xícara ou colher de sopa dos ingredientes da receita para no final somar estes valores e saber o custo exato do bolo. O objetivo era demonstrar o custo de cada casa construída. Esclareceu ainda que assim como não se deve mudar a quantidade dos ingredientes necessários no preparo do bolo, no canteiro de obras também não. Para demonstrar que se deve conferir o material de obra guardado no almoxarifado, ele deixou faltar de propósito

¹¹Informações acessadas em <http://autogestao.unmp.org.br/> - 14/07/2020

um ovo da caixa de ovos, referindo-se que pode acontecer de algum material não ser entregue corretamente, por isso, a importância do almoxarifado.

Deste modo, com a dinâmica supramencionada Renato estimulou a curiosidade das famílias presentes pelo processo de mutirão familiar da mão-de-obra e o desejo de participação. Renato sugeriu que o telhado do centro comunitário fosse construído de maneira sustentável, com este objetivo o grupo firmou parceria com a empresa Recebimento e Comercialização de Embalagens Longa Vida (ReciColeta)¹² e cada núcleo procurou juntar cerca de 300 caixas de leite em embalagem Longa Vida para trocar por telhas sustentáveis que seriam disponibilizadas por esta empresa. Para a aprovação da construção foi enviado um documento à CAIXA comprovando a qualidade do material a ser empregado.

Certamente, este investimento de longo prazo na capacitação familiar para a autogestão em projetos de moradia no condomínio Padre Revers tem efeitos positivos como a constituição de figuras exemplares como a do ex-presidente da cooperativa Ipiúba, atuante até hoje como coordenador do movimento social de luta por moradia. Entretanto, esbarra em problemas e pendências do projeto para a resolução dos quais há escassos recursos materiais e imateriais a serem antecipados, como recursos financeiros e tempo de dedicação a causa coletiva. Esta exigência de antecipação para a liberação da verba do projeto é em si um problema insolvente.

3 OS DESAFIOS DO EXERCÍCIO DA AUTOGESTÃO

3.1 A participação e o sistema de pontuação dos núcleos familiares

A equipe de coordenação do projeto propôs que se aplicasse um sistema de pontuação dos núcleos familiares que permitisse classificá-los em termos da sua participação no projeto. Esta classificação corresponderá ao direito à escolha da localização da casa no condomínio após a sua conclusão. Deste modo, cada núcleo familiar teria o direito de escolher sua casa segundo a visão acerca da melhor localização no

¹² A RECICOLETA é uma unidade para compra e recebimento exclusiva para embalagens longa vida pós-consumo no Rio de Janeiro, que são utilizadas na produção de telhas sustentáveis. As embalagens longa vida são recebidas em 3 pontos de coleta na cidade do Rio de Janeiro e são proporcionalmente trocadas por telhas.

espaço, considerando também a vizinhança desejada, com a qual possui afinidade. O sistema de pontuação foi aplicado e passou a vigorar a partir de 24 de fevereiro de 2016.

O propósito deste sistema de pontuação é motivar uma maior participação familiar no projeto e ao mesmo tempo poder economizar com o custo total do mesmo. Por isso, os núcleos que não obtiverem pontos de participação, não frequentarem a nenhuma assembleia, encontro ou atividade de mutirão, por exemplo, não serão contemplados com portas de suas respectivas casas, devendo arcar com este custo posteriormente.

Com o objetivo de evitar que cada núcleo familiar demonstre mais empenho na construção da própria casa durante o mutirão familiar proposto para as construções no condomínio, os titulares não saberão em qual quadra e lote será construída a sua respectiva casa. A escolha se dará após o término das construções. Decidiu-se que as casas poderão ser construídas sem portas se não houver participação das respectivas famílias. Como as famílias com o maior número de pontuação irão escolher as casas primeiro, as últimas casas a serem entregues serão as casas com menos acabamentos.

No entanto, está claro que, através do ensejo a participação pelos idealizadores do projeto no intuito de formar este novo sujeito participativo através da pedagogia da autogestão, se constroem outras desigualdades na tentativa de dar prosseguimento a proposta de moradia. Como relata Holston (2013) o conceito de justiça incorporado no Brasil é estático, mesmo nas políticas que pretendem incluir os mais pobres na sociedade democrática e o acesso a direitos sociais. Trata-se desigualmente os desiguais ao invés de se indagar profundamente sobre as condições das desigualdades. Embora a coordenadora do movimento UMP-RJ, Jéssica, se refira sempre ao papel da comissão de mobilização de prestar apoio aos “companheiros” com dificuldades de participar, com problemas de saúde e problemas financeiros, por exemplo, em muitos contextos, lideranças representantes deste movimento social não têm condições de atender e motivar a todos. São impedimentos estruturais para a resolução dos quais a formação para a autogestão avança na medida do possível.

A participação familiar em todo tipo de atividade importante para a evolução do projeto é considerada no sistema de pontuação, tais como reuniões regulares com o grupo de famílias e com a equipe de coordenação, reuniões agendadas na CAIXA e em outros órgãos públicos para a consecução de certidões, documentos e para a resolução de pendências, encontros para a entrega de subprodutos do projeto, atos públicos de

mobilização e reivindicação coletiva, além do mutirão familiar. A participação em cada uma destas atividades gera um ponto para o núcleo familiar no sistema de pontuação. Em cada um destes eventos o representante do núcleo familiar deve procurar por Flávia que é a encarregada de passar a lista de presença aos demais núcleos familiares. No caso em que alguém se esqueça de assinar a lista, a assinatura posterior ao evento só poderá ocorrer com a comprovação de que a pessoa representante do núcleo familiar esteve presente.

Para a visibilidade e transparência do processo de atribuição das pontuações são expostos nas assembleias, em folha impressa, os nomes dos titulares familiares com suas respectivas pontuações acumuladas. O que pode ser notado é que possuem maior pontuação as pessoas integrantes da coordenação, que à época do trabalho de campo era um total de 7. A maioria dos titulares familiares possui pontuação muito baixa comparativamente aos coordenadores do projeto, considerando que muitos deles participam apenas das assembleias como critério mínimo de participação no projeto.

Para a análise do sistema de pontuação elegi, para fins comparativos, o período que estive em campo de maneira contínua. Deste modo, em um período de 6 meses de registro das pontuações, comparei o primeiro mês, janeiro de 2018 ao último mês, junho do mesmo ano. Analisando o quadro classificatório referente a estes meses pode-se perceber que os titulares familiares que estão engajados em funções da coordenação se enquadram na faixa de maior pontuação. Do primeiro mês ao último mês avaliado houve aumento considerável das pontuações dos núcleos familiares de maneira geral, embora este aumento seja ainda mais significativo no caso dos coordenadores.

Deste modo, em janeiro de 2018 18 titulares não possuíam nenhum ponto de participação, mas esse número sobe para 6 no mês de junho. Também em janeiro deste ano apenas 2 representantes que não exerciam função de coordenação possuíam o máximo de 10 pontos de participação, mas no mês de junho 13 destes titulares passaram a ter de 10 a 20 pontos. Já os 7 titulares coordenadores saltaram da faixa de 20 a 29 pontos em janeiro para 54 a 72 pontos em junho, com exceção de um coordenador que obteve os mesmos 29 pontos em junho, mas ainda assim bem acima da maior pontuação obtida por quem não era coordenador em janeiro que foi de 20 pontos.

Assim, a pontuação mais alta em janeiro foi de 29 pontos e a mais alta em junho foi de 72 pontos, um crescimento considerável que pode ser explicado pela incorporação de reivindicações na Prefeitura de São Gonçalo, reuniões com a CAIXA e outras atividades de

resolução de pendências que foram incorporadas nestes últimos meses pelos coordenadores e passaram a ser computadas como participação no projeto.

É notório o fato de estar vinculado à coordenação e propor-se a realizar uma série de atividades de mobilização e resolução das pendências do projeto aumentar as probabilidades de ter uma maior pontuação neste sistema de classificação. Estas pessoas comprometem-se em comparecer às atividades agendadas com a finalidade de dar celeridade ao projeto que acumula muitas pendências e perda de prazos por falta, em muitos casos, de comprometimento dos órgãos públicos responsáveis por emitir documentos e responder às demandas operacionais do projeto. O comparecimento regular às reuniões semanais da equipe de coordenação também possibilita aos presentes um ponto de participação e acentua a disparidade em relação ao demais beneficiários.

Entretanto, qualquer beneficiário que se disponha a participar desses eventos recebe é pontuado mesmo que não faça parte da coordenação. Para os demais representantes familiares que alegam ter que trabalhar de segunda a sexta-feira, a maioria durante todo o dia, entre outras dificuldades para o deslocamento familiar, como as financeiras, há poucas possibilidades de cumprir outras atividades de participação além das exigências mínimas para manter-se no projeto. Assim, as pessoas que trabalham para resolver problemas próprios do projeto acabam tendo que arcar pessoalmente com custos de passagens, visto que poucas famílias contribuem ou têm condições financeiras de contribuir mensalmente com o pagamento da *Caixinha*, proposta de contribuição familiar em vigor no valor de R\$10,00 para ajudar com despesas regulares do grupo e que vigorará até a entrega das unidades habitacionais. Neste sentido, a titular Rosa, que é também coordenadora da Comissão de Finanças, aponta queixas e procura estimular a contribuição das famílias como forma de engajamento para que o projeto aconteça:

A gente tem prioridades que não escapa, nem todo mundo tem dinheiro! Nem sempre é tirado dinheiro da Caixinha para pagar passagens. Muitas vezes as pessoas pagam do próprio bolso. Devemos entender que a Associação somos nós, se vocês não colaborarem fica difícil! Muitas pessoas ainda não entenderam esse processo. Se vocês prestarem bem atenção, viver esse projeto só depende da gente para funcionar! Esse mês somente duas pessoas contribuíram! (Rosa, 51 anos, cuidadora)

Há também, como no caso das deliberações acerca da participação e exclusão dos núcleos familiares, outras considerações de ordem moral que podem relativizar a aplicação objetiva do critério do merecimento no sistema de pontuação das famílias, adotado mais recentemente para fins de classificação de sua participação. Tal sistema, como um todo, certamente produz hierarquias e divisões simbólicas internas que devem se expressar também em desigualdades normativas no acesso à moradia, ainda que elas sejam flutuantes e mutáveis ao longo do processo de autogestão do projeto.

Por exemplo, famílias que estão engajadas na proposta coletiva de moradia popular, vinculadas ao movimento social desde a época de constituição da Cooperativa Ipiíba, em 2001, acompanhando os desdobramentos políticos de consolidação dos programas habitacionais federais¹³ que se seguiram, como aponta Domingues (2011), não se sentem contempladas pelo atual sistema de pontuação em vigência no projeto que, na opinião de alguns associados, não considera que elas aguardam engajadas como associadas da AHSPA desde essa época.

Neste sentido, Fabiano, um representante familiar presente na assembleia, questiona o fato de o processo de pontuação das famílias ter mudado ao longo do tempo e Lúcia, coordenadora no projeto, responde que *para não dar confusão, foi votado em assembleia e aprovado que – a pontuação – começaria a contar a partir do novo Regimento*, ou seja, a partir de fevereiro de 2016 quando o Regimento Interno foi aprovado. Mas Lívia, umas das titulares, afirma que *acha injusto* o sistema de pontuação adotado atualmente e explica: *A gente está na caminhada há bastante tempo. Eu acho injusto! Você está vendo o número de pessoas? – reduzido. Mas a partir deste fator – a pontuação dos núcleos familiares a partir de determinada data que não contempla a participação de todos desde o início do engajamento familiar – podem ter pessoas que não venham – a ser contempladas – a partir deste fator!*

Esta distinção entre as famílias mais antigas e as mais recentes no projeto, salientada por alguns integrantes, manifesta a suposição de uma experiência e sociabilidade acumuladas e diferenciadas, configurando uma participação não apenas objetiva, mas também subjetiva não considerada e pontuada neste sistema de classificação. Nobert Elias

¹³ Tais como a criação do Sistema de Habitação de Interesse Social em 2005, depois o Crédito Solidário em 2008, até serem contempladas pelo PMCMV-E que se viabilizou como conquista dos movimentos sociais em 2009, ainda que sob riscos e dificuldades políticas de implementação recentes.

(2000) em “Os estabelecidos e os outsiders”, ao analisar as “relações comunitárias” entre grupos de famílias dentro de um mesmo local de moradia, aponta a existência de distinções entre os moradores quanto à “antiguidade” e à “recenticidade” que fundamentavam respectivas relações de poder. Nestas relações, os “antigos” moradores, em nome deste atributo de antiguidade, manifestavam uma “pretensão de distinção e superioridades sociais” configurando uma hierarquia classificatória destes grupos em uma “configuração social específica”, tal como o alegado pelas famílias que teriam o atributo de serem mais antigas no projeto.

Assim, articula-se uma série de disposições morais que negociam com o idealizado processo de autogestão que não inclui apenas o projeto habitacional em si, mas também o panorama mais amplo da conquista de direitos. São disposições que dialogam com os valores das classes trabalhadoras e as exigências de autonomia frente às condições de dependência e tutela postas historicamente pelo poder público.

3.2 A participação e a exclusão de núcleos familiares

Durante o acompanhamento das reuniões de coordenação e das assembleias, dos encaminhamentos e pendências que são discutidos e deliberados através destes encontros, ficou claro o problema relativo à participação dos núcleos familiares. É reiteradamente afirmado que a participação do beneficiário é de extrema importância para a evolução do projeto, no entanto, há uma evasão muito grande nas assembleias, de quase 50% do total dos núcleos familiares, tendo em vista que cerca de 40 famílias não participam efetivamente do projeto. Muitas destas famílias já assinaram o Termo de Adesão ao projeto na CAIXA. Isto é importante para *fechar* o grupo dos 85 moradores porque permite congelar o valor da renda familiar no momento da assinatura e qualquer alteração posterior deste valor acima do teto de R\$1.800,00 não descredenciará a família do projeto.

No período de trabalho de campo regular, entre agosto e dezembro de 2018, faltava a assinatura de 12 núcleos familiares, sendo que 5 ainda devem ser indicados ao projeto e 7 estão com documentação em andamento para assinar o Termo de Adesão. Entretanto, cerca de 40 famílias não compareceram aos encontros mensais e 28 não compareceram a nenhuma reunião em 2017. Assim, há famílias que assinaram o Termo de Adesão, mas não participam das assembleias e também de outras atividades, como o mutirão familiar para a

construção do centro comunitário e as atividades burocráticas de resolução das pendências para que o projeto avance.

Durante as reuniões discutiu-se a possibilidade de *cortar* as pessoas que possuem lotes no condomínio e integram o projeto, porém não participam das assembleias e de nenhum movimento de organização do grupo. Lúcia, uma representante familiar que também faz parte da equipe de coordenação emitiu então sua opinião: *Se não vir nas reuniões será cortado, o terreno é coletivo* (sob a ótica do projeto deveria ser, embora não seja legalmente), *quem entra quer casa, porém não quer fazer parte do projeto. O problema não é comunicação!* Com isso ela quis dizer que o problema para a falta de participação não é a falta de avisos de advertência porque isto já teria ocorrido em outros momentos. Cerca de 40 famílias não participavam nem mesmo das assembleias do grupo, no entanto, permanecem beneficiárias do projeto. Quando os coordenadores procuraram contatá-las perceberam que os telefones de contato haviam mudado, assim como o endereço residencial. Os respectivos titulares destas famílias não comunicaram à coordenação essas mudanças.

Um dos assuntos deliberados em uma das reuniões mensais foi o envio de notificações aos titulares dos núcleos familiares faltantes. Discutiu-se o conteúdo destas notificações, se trataria apenas de comunicar a necessidade de participação nas assembleias ou de comunicar que de fato a exclusão da família seria realizada caso não houvesse retorno da participação familiar. Lúcia, por exemplo, afirmou que se deve *notificar as 40 pessoas que se não comparecer na assembleia serão cortadas. Terá que assinar o papel da notificação! Têm pessoas que não vêm há 4 anos! Tentar notificar todos é cortar mesmo, na notificação.* Decidiu-se então que na notificação seria escrito que se o representante familiar não comparecesse a assembleia seria excluído do projeto e perderia o direito ao lote. Para a entrega das notificações a estas famílias foi utilizado o telefone celular da AHSPA que fica com a coordenadora Lúcia e ônibus como meio de transporte. As passagens foram pagas pelos coordenadores do projeto.

Após a entrega das notificações decidiu-se excluir 5 famílias porque os representantes destes núcleos familiares não compareceram à reunião de coordenação, como estava solicitado nas notificações. Também não estabeleceram contato para saber o que poderia ser feito a partir de suas demandas e necessidades ou para dar uma explicação ao grupo acerca de sua ausência no projeto. Os representantes das outras 35 famílias

também notificadas retornaram o contato a fim de dar uma explicação acerca do seu afastamento e mostraram interesse em permanecer no projeto reconhecendo a necessidade de sua participação efetiva.

Ficou claro pelas queixas das pessoas com as quais conversei durante o trabalho de campo que o tempo decorrido e todos os impedimentos burocráticos para a entrada na fase obra do projeto são elementos desmotivadores para as famílias participarem e depõem contra o processo de autogestão colaborando para a responsabilização do próprio grupo demandante de direitos.

A participação para muitas destas famílias é difícil. Francisco, integrante da coordenação e beneficiário do empreendimento das 85 casas afirmou: *“Eu sempre falo: Começa a obra, elas vão aparecer!”* – as famílias. Ele sugere que as famílias participarão mais quando o projeto entrar na fase obra e tiverem que colaborar com o trabalho de mutirão familiar. Por outro lado, foi possível observar as dificuldades das próprias pessoas em se deslocarem e dedicarem tempo ao projeto. Alguns titulares mandavam para o grupo de WhatsApp da AHSPA fotos da folha de ponto do respectivo trabalho para justificar a sua ausência. Em razão disso, Laura, ex-cooperada e liderança local, justifica a dificuldade de manter a mobilização deste grupo: *quem trabalha o dia todo, a semana toda, fica difícil a mobilização!*

Portanto, uma dificuldade dos coordenadores é fechar o grupo dos 85 beneficiários enquanto unidade engajada no projeto. Existem, por exemplo, algumas famílias que não se identificam com o projeto e desejam serem substituídas se conseguirem repassar seus respectivos lotes a interessados no programa habitacional. A equipe de coordenação tem pedido aos representantes familiares que participam dos encontros que indiquem famílias interessadas para substituírem aquelas que saíram espontaneamente ou foram excluídas.

Como foi descrito anteriormente, os lotes do terreno são propriedades individuais porque a AHSPA inicialmente o adquiriu e o financiou a custos baixos para as primeiras famílias poderem se organizar coletivamente a fim de construir suas casas, vindo a se constituir posteriormente a Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba. A Associação, que precisava recuperar o valor investido, continuou a vender os demais lotes para pessoas interessadas em construir suas respectivas casas também com recursos próprios. Entretanto, o projeto habitacional em foco é coletivo e quando ele foi contratado, em 2016,

todos os lotes disponibilizados para o PMCMV-E já haviam sido vendidos sem aplicar devidamente os critérios do programa habitacional em foco.

Deste modo, o processo de exclusão das famílias que *não estão participando*, fundamentado na *aplicação do Estatuto da AHSPA*, como justifica a assistente social Maria Célia, acarreta um problema de ordem logística e operacional ao projeto, o problema da substituição das famílias. Ao retirar um núcleo familiar do projeto deve-se colocar outro no lugar para compor o grupo dos 85 núcleos beneficiários do PMCMV-E e neste caso o núcleo excluído perde o valor investido na compra do lote vinculado ao projeto.

Desta forma, surge a problemática relativa ao direito de propriedade e de ressarcimento financeiro da família versus o direito coletivo do grupo de realizar o projeto de moradia popular, configurando um debate acerca da função social da propriedade versus a especulação imobiliária que se deseja combater em alguns contextos. Debate este projetado pela UMP-RJ e demais movimentos sociais de luta por moradia, embora no caso deste campo existem outras dificuldades para a efetiva consolidação do grupo de famílias em termos de participação idealizada, que não propriamente o desejo de obter ganhos financeiros com a aquisição dos lotes.

Inserir-se neste contexto os questionamentos surgidos durante uma reunião do grupo. Bruno, representante familiar, fez a seguinte contestação: *Aquelas pessoas que pagaram o terreno, elas vão ficar com uma mão na frente outra atrás?* Em resposta a assistente social Maria Célia informou que em caso de exclusão no projeto as famílias perderão o direito ao lote, embora tenham pago por eles. Em suas palavras, estas famílias *vão perder a luta da Associação. É aplicar o Estatuto! E aplicando o Estatuto vai perder o lote, isso vai ser agora e por isso a notificação foi assinada pela advogada e também vai prosseguir agora oficialmente.*

Outro representante familiar na mesma assembleia enfatizou publicamente seu comportamento condizente com as expectativas dos idealizadores do projeto, sua dedicação desde o início de sua inserção no grupo, bem como a constatação do problema da falta de participação de outras famílias: *Desde o início que eu iniciei, em 08 de julho de 2010, comprei e paguei a vista – o terreno – e é sempre essa mesma coisa, a falta de presença das pessoas!*

Há, desde modo, uma narrativa que se estabelece como legítima para impor o interesse coletivo sobre o individual nos termos propostos pelo grupo e nestes termos a

exclusão do núcleo familiar que não se coaduna com a proposta do projeto afirma conceitualmente a idealização do processo de construção habitacional como coletivo e autogestionário pelos movimentos sociais de moradia.

Entretanto, a substituição das famílias pode ser um dilema por outra razão, em virtude da morosidade do trâmite burocrático de submissão familiar ao processo de sua elegibilidade, acerca do qual muitos se queixam, que inclui a inscrição da família no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) por meio do Número de Inscrição Social (NIS) e a sua avaliação pelo Sistema de Tratamento de Arquivos Habitacionais da Caixa Econômica Federal (SITAH).

Sob o ponto de vista das pessoas que integram a coordenação, deve-se também considerar os casos das pessoas que não conseguem frequentar as assembleias por estarem desempregadas e não podem arcar com os custos de deslocamento e alimentação, entre outros acontecimentos pessoais que podem ser avaliados, como os relativos ao universo do trabalho e da família, como a necessidade de trabalhar nos finais de semana. No entanto, como afirma Lúcia: *ficar um ano ou mais sem aparecer para se informar a respeito do projeto, que tem o intuito de prestar ajuda mútua a seus integrantes não seria admissível, dificultando a conquista dos objetivos do grupo através de sua organização.*

Assim, considerações de ordem moral, projetando-se sobre quem merece permanecer ou não no projeto, e não apenas considerações de ordem política e pragmática, são balizadas para distinguir e classificar os casos segundo um sistema de valores das famílias em intersecção com os objetivos políticos do movimento social UMP-RJ. Este sistema, acionado contextualmente, diz respeito fundamentalmente ao valor e ética do trabalho e também ao valor da reciprocidade e da ajuda-mútua. Tais valores projetam e sustentam positivamente a identidade de trabalhador (a) e se realizam sobremaneira por meio da família.

Há vários estudos que abordaram este processo de construção de trabalhadores no Brasil e em outros países, demonstrando os sentidos contextuais desta construção simbólica¹⁴. Neste campo em específico, no caso do estudo de trabalhadores organizados para a conquista do direito à moradia, o que os idealizadores e profissionais ligados ao projeto se propõem é uma ponte entre esta construção tradicional e a ideia de cidadão

¹⁴ Como os estudos de Chalhoub (2001), Duarte (1986), Guedes (1997), Hoggart (1973), Kowarich (1987) e Zaluar (2000), Domingues (2011), entre outros.

(Carvalho 2009) como “ser democrático”, onde o “indivíduo” (Dumont, 1975) é categoria chave na luta por direitos.

3.3 Os impasses burocráticos

O movimento social UMP-RJ enfrenta lutas constantes nas instâncias burocráticas. São muitas as reivindicações para liberação das licenças necessárias. Os beneficiários se queixavam muito a respeito da espera e das imposições burocráticas que não se resolvem devido à falta de vontade política, sendo mecanismos para desmobilização social. O grupo de beneficiários se programa para fazer pressão nessas esferas públicas, são horas e horas para serem atendidos e inúmeras vezes não solucionam o problema.

No ano de 2017 ocorreu um incêndio na Prefeitura de São Gonçalo – RJ que destruiu uma série de documentos das secretarias de Desenvolvimento Urbano, de Compras e Licitações e de Segurança Pública. Devido a este ocorrido o grupo de famílias do projeto em Ipiíba que já tinha entregue os documentos necessários que foram solicitados tiveram que refazer tudo, correr atrás de todas as licenças e assinaturas.

Os impasses burocráticos, de ordem política, para além do acidente, também prejudicaram e desmotivaram os beneficiários. Deste modo, buscando solucionar tais pendências, o grupo enfrentou dificuldades para dialogar com a Prefeitura de São Gonçalo. O grupo solicitou, por exemplo, a licença de obra, no entanto não houve retorno do órgão público. Os coordenadores marcaram para o dia 18/12/2019, às 10:00h, um encontro em frente à prefeitura de São Gonçalo com o objetivo de sair de lá com uma resposta relativa ao documento solicitado. Entretanto, não foi algo simples porque os coordenadores tiveram que organizar novamente os documentos para entregar, pois os mesmos já haviam sido entregues, mas os funcionários da prefeitura relataram a falta de alguns documentos. Até o momento a licença de obra ainda não foi liberada.

Outros requisitos técnicos para a liberação da obra, além da licença de obra, são a licença do meio ambiente, a declaração de possibilidade de abastecimento de águas (DPA) e a declaração de possibilidade de esgotamento sanitário (DPE), emitidas pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), além da avaliação do Corpo de Bombeiros. Quando a licença prévia do meio ambiente foi liberada era necessário fazer uma publicação no diário do município para validá-la e levar ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). No dia 25 de julho de 2019 a licença foi publicada custando R\$360,00

reais. Deste modo, além do custo financeiro de todos estes trâmites as famílias precisam enfrentar a morosidade dos trâmites burocráticos. Precisam renovar documentos que possuem validade que acaba se esgotando, gerando um impasse para a entrega de todos os documentos à CAIXA porque sempre há um documento pendente, como no caso da licença de obras que ainda não foi emitida. É necessário, portanto, grande empenho e dedicação para que o projeto avance. A perda de prazos estipulados pela CAIXA é um fenômeno que responsabiliza as próprias famílias e justifica a não liberação da verba para a realização da fase obra. O custo total do projeto é de R\$8.160.000,00. O valor estipulado para o trabalho social, a ser realizado na fase pré-obra, é de R\$ 144.075,00. A liberação deste valor depende dos produtos técnicos apresentados e construídos a partir do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), cuja elaboração deve ser coletiva.

4 A VISÃO DOS COORDENADORES

4.1 Adesão ao projeto, expectativas iniciais

A adesão ao projeto, como esclareceram os entrevistados, se inicia pelo acesso à divulgação do projeto pela Igreja Católica São Pedro de Alcântara. Os entrevistados relataram conhecer alguém que frequentava a igreja e que lhes informou do respectivo projeto. Todos os entrevistados procuraram a Igreja para se informar. Todas as quintas-feiras, a partir das 18:00h, acontecia o “plantão” da ASPHA realizado pela Dona Dalva até sua saída por questões de saúde, quando então a coordenação assume todas as funções relativas à administração da ASPHA.

Ao se interessar pelo projeto, todos os candidatos fazem a inscrição com a coordenação do projeto e devem ser elegíveis pelos critérios exigidos pela Caixa Econômica Federal. Segue a declaração de uma das coordenadoras entrevistada.

Nesse projeto a gente faz a inscrição passando pelo (SITAH), e pela CAIXA a gente já é automaticamente aprovado. Não tem uma seleção, a gente não faz seleção. Eu conheci o projeto através de uma pessoa no mercado que frequentava a Igreja de Alcântara, eu nem conhecia ninguém, daí me associei na associação. A associação é associada a UMP-RJ, automaticamente todos são associados. (Lúcia – 47 anos, faxineira e costureira)

Domingues (2011, p. 181) relata que a adesão familiar à proposta da cooperativa tem como motivação principal “realizar *o sonho da casa própria*, levando em consideração as dificuldades econômicas próprias a esse grupo de trabalhadores”. Através das entrevistas realizadas durante meu trabalho de campo é perceptível perceber que o *sonho da casa própria* permanece sendo a primordial motivação das famílias ainda que elas ocupem naquele momento função de coordenação. Deste modo declara Francisco, 48 anos, servente de obra, acerca de seu principal interesse: *Ter minha casa, minha casa própria!* Flávia reafirma esta motivação: *Ter a minha casa própria, a minha casa sem morar com mãe, com ninguém.*

A *casa própria* mostra-se importante para desobrigar as famílias com a despesa com o aluguel que consome uma parcela significativa da renda familiar. O aluguel é uma questão preocupante para classe trabalhadora, representado um gasto fixo e se torna ainda mais preocupante para as famílias trabalhadoras com renda instável. Como assinala Marcos acerca da importância da casa própria nesse sentido:

A razão inicial principal é a dificuldade de pagar o aluguel. Vivendo de bicos, às vezes tem dinheiro às vezes não tem e todo mês tem que pagar o aluguel. Quando fiquei sabendo do projeto me identifiquei e entrei dentro dos critérios, minha expectativa é a melhoria de vida com a casa própria”. (Marcos – 27 anos, Músico)

Como salienta Woortmann (1982) a casa própria significa também a garantia de um futuro com a preservação da moradia, pois uma situação que resulta o desemprego poderia significar a perda da moradia. Nas entrevistas realizadas é perceptível a preocupação com o gasto fixo do aluguel e a instabilidade quando se refere ao mercado de trabalho instável. Outra fala ressalta estas razões iniciais para adesão ao projeto:

As razões iniciais foram a melhoria de vida para mim e minha filha, sair do aluguel e poder dar uma vida melhor para ela. Minha expectativa era ter a casa própria e por mais que se encontra dificuldades é um direito. (Maria – 48 anos, Faxineira)

Quando se analisa historicamente as políticas habitacionais para as classes trabalhadoras, “os programas de habitação popular”, é interessante enfatizar que muitas vezes a intenção ou o objetivo principal desses programas não é o de promover moradia

digna para as classes trabalhadoras. Em algumas áreas metropolitanas como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, os projetos habitacionais têm como objetivo eliminar favelas, deste modo, ao invés de proporcionar uma solução aos problemas das classes trabalhadoras, principalmente para os mais pobres, acaba surgindo outros problemas, abrindo essas áreas ao mercado imobiliário como salienta Woortmann (1982, p. 127). Entretanto, a mobilização dos movimentos sociais de luta pela moradia no país, a partir dos anos 2000, consegue promover a criação do FNHIS cuja implementação, no entanto, se mostrou muito aquém do esperado como investimento na moradia popular como propõe Correa (2007).

Além da melhoria da qualidade de vida há entre os coordenadores, pela própria função desempenhada, uma maior ênfase na questão da aprendizagem e formação política promovida pela dedicação ao projeto. Rosa apresenta um pouco essa realidade:

Bom minha razão que era ter a minha casa própria, porque eu moro de aluguel e o projeto me interessou muito em questão da cidadania em si, muita coisa que a gente... Eu, por exemplo, se não tivesse me integrado nesse projeto eu não teria nem noção, esse projeto me interessou porque ele traz muito ensinamento. (Rosa, 51 anos, cuidadora)

4.2 O trabalho da coordenação e a participação familiar

A coordenação tem uma função de grande importância para o avanço do projeto, sua organicidade faz com que as demandas do projeto sejam alcançadas. A expansão de formas associativas de produção habitacional, foram impulsionadas com a política federal de financiamento direto a associações de famílias interessadas em autogerir seu próprio empreendimento. Como vimos, o projeto de moradia em Ipiúba tem como princípio a autogestão através do qual os beneficiários devem estar inseridos no processo de construção das respectivas moradias, portanto, o trabalho da coordenação que busca motivar a participação familiar é fator importante para a consolidação dos acontecimentos, para dar andamento às etapas do projeto e a realização do conjunto habitacional.

A atual coordenação é composta por um grupo de associados beneficiários que foram indicados em plenária para compor a coordenação, pois os demais beneficiários não expressaram nenhum interesse em entrar para a coordenação. Durante entrevista eles sugeriam falta de interesse inicial em ocupar a função. Todos começavam dizendo: *Me colocaram; simplesmente me indicaram; me colocaram; entrei para a coordenação no*

começo por indicação; a ASPHA me indicou; precisava de pessoas para completar a coordenação; fui chamada a ser coordenadora... O coordenador Marcos exemplifica este processo de indicação e o trabalho que desempenha no cargo de vice-presidente da associação:

Cheguei a coordenador do projeto pois se fazia necessário formar uma nova coordenação e as pessoas do projeto não se pronunciavam para compor os cargos. As pessoas que mais frequentavam as reuniões ou quaisquer outros encontros que se fizessem necessários, foram sendo indicadas. Desta forma as pessoas como eu, que sempre participei e tento ajudar no que for necessário para que o projeto avance... – foram convidadas a entrar para a coordenação. Fui convidado a entrar para a coordenação assumindo um cargo importante, vice presidente. Eu resolvo algumas questões que é possível resolver pela internet, outras eu vou pessoalmente com a coordenação entregar documentos necessários para o cumprimento das pendências que os órgãos como a Caixa, a Prefeitura pede, e precisam ser resolvidos para o projeto avançar. (Marcos – 27 anos, músico)

Acerca do trabalho da coordenação, no período em que estive realizando o trabalho de campo pude observar que por mais que as funções fossem definidas e denominadas como Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro e membros do Conselho Fiscal, as atribuições não eram engessadas ou restritas a seus membros. Deste modo os membros da coordenação realizam trabalhos que todos poderiam fazer sem se subdividirem em nenhuma comissão. Elas se entrelaçavam. No primeiro momento do empreendimento todos da coordenação colaboravam juntos para ir solucionando quaisquer pendências e todas as questões burocráticas do projeto. Não cheguei a participei da segunda fase do projeto, a fase obra, o momento tão aguardado da construção das casas, pois este mesmo não foi realizado até então. Trago como exemplo a fala da coordenadora Flávia acerca de sua atribuição na coordenação:

Simplesmente me indicaram, me colocaram na coordenação e estou aí até hoje. Minha função é na pontuação, marcar os pontos, passar a lista de presença. O meu trabalho é esse, aqui a gente discute, cada um discute tudo um pouquinho. (Flávia, 40 anos, diarista)

Outra fala que esclarece como o trabalho da coordenação é desenvolvido de modo coletivo é o da coordenadora Maria:

Entrei para a coordenação no começo por indicação. Eram necessárias as pessoas irem assumindo alguns cargos, com isso fiquei no concelho fiscal com a função de fiscalizar, mas como ainda não está na fase obra, faço de tudo um pouco. (Maria, 48 anos, faxineira)

Como dito anteriormente, o grupo da coordenação se reúne todas as quintas-feiras, às 18:00h, em uma sala da igreja São Pedro de Alcântara. Deste modo os indivíduos que assumem fazer parte da coordenação também assumem as responsabilidades que lhe são atribuídas a fim de cumprir com as obrigações que necessitam ser realizadas ao longo do projeto. Nesse percurso da luta pela moradia digna no estado do Rio de Janeiro isso não é uma tarefa fácil, requer muita dedicação dos envolvidos, além de questões econômicas, pois a coordenação tem um “gasto fixo” com transporte semanalmente para estar presente nas reuniões de coordenação, para discutir e viabilizar questões do projeto.

Entrando no assunto da participação familiar, trata-se de um assunto um tanto quanto delicado. O projeto é composto por um grupo de 85 famílias beneficiárias, mas como vimos, na prática não conta com todos esses beneficiários de forma participativa. No final do ano de 2019 a coordenação estava buscando meios para reaproximarem os beneficiários que estavam afastados, que não estavam frequentando as assembleias mensais. Uma das estratégias utilizada para gerar um maior interesse no projeto foi mudar o local de realização das assembleias de Ipiúba para Alcântara a fim de reunir um maior número de beneficiários, divulgar as reuniões no grupo de WhatsApp e promover algumas oficinas de capacitação. No entanto, no início do ano de 2020 surgiu a pandemia provocada pelo covid-19 e essas estratégias não puderam continuar.

Ao realizar perguntas acerca de como é a participação dos demais núcleos familiares a coordenadora Maria sugestivamente respondeu: *A participação é fraca, é o que enfraquece o grupo.* É perceptível na fala da coordenadora entender que não participar enfraquece o grupo, reforçando os princípios da autogestão, a importância da união das famílias para concretização do projeto na sua fase de deliberação sobre o mesmo durante as assembleias.

E as queixas sobre a participação familiar prosseguem:

São poucas pessoas que frequentam e muitas acham que demora muito e se afastam, perdem a esperança que a casa vai sair. Boa parte se deve a mentalidade das pessoas que tem a ideia de comprar uma casa, diferente do pensamento de conquistar. Como é um processo longo e as famílias precisam da ajuda mútua, ajudar uma a outra, não adianta meia dúzia de famílias participarem. Fica pesado, tem famílias que participam que ajudam muito, porém uma grande parte das famílias não participam. Têm pessoas que a coordenação não consegue nem entrar em contato. (Marcos, 27 anos, Músico)

O projeto de Ipiúba tem um grande potencial e uma grande importância social, mas para sua consolidação necessita-se que os 85 beneficiários estejam envolvidos e ativos no projeto ou pelo menos uma boa parte deste grupo. No entanto, por mais que a coordenação se esforce, a demora do Estado e dos órgãos públicos através de suas instâncias administrativas que não solucionam os problemas e entraves do projeto acabam sendo o grande responsável pela demora do projeto, sendo o fator desmotivador, pois o projeto fica estagnado e os beneficiários desmotivados.

4.3 Avaliações do projeto

A análise realizada acerca das avaliações do projeto pelos coordenadores destaca como positivo os ensinamentos derivados do engajamento no movimento de luta pela moradia, por meio do qual os sujeitos aprendem ou reforçam seus conhecimentos sobre os seus direitos durante a fase do projeto que pode acompanhar por um período determinado, que é a de capacitar os beneficiários para se organizarem coletivamente para atender os pré-requisitos necessários ao desenvolvimento do projeto. Deste modo, a coordenadora Rosa ressalta como fator positivo a questão da aprendizagem sobre o universo dos direitos e como negativo a burocracia dos órgãos públicos para deliberação do projeto, como a demora para avaliar as solicitações em setores da prefeitura e dar um retorno, o que faz com que aconteça a perda de prazos da CAIXA.

Positivo é aquilo que já falei antes, nos ensinam muito né, a lidar com órgãos públicos. A gente pode saber realmente nossos direitos né, aonde a gente tem que correr atrás, aonde a gente tem que brigar para poder adquirir nossos direitos na sociedade que a gente não tem. Negativo é a burocracia que os órgãos públicos põem para gente. (Rosa, 51 anos, cuidadora de idoso)

Outros coordenadores, no percurso da luta pela conquista da moradia, reforçam esta pedagogia do fazer coletivo do movimento social como lado positivo, a rede de interconhecimento que se construiu neste processo, além da conquista da casa, que é a motivação principal para a adesão ao projeto. Como aspecto negativo enfatizam os impedimentos colocados pelo próprio Estado que se somam a baixa participação no projeto, situação que em certa medida a reforça. Deste modo são exemplares a fala de Rogéria, Flávia, Maria e Francisco:

O positivo é que não vejo a hora de sair do aluguel e ter minha casa própria. Também eu aprendi muitas coisas com o projeto, isso foi muito importante. Coisas como trabalhar em grupo, respeitar o outro e sua forma de pensar. Negativo são as leis que não deixam a gente avançar para a obra e ver se concretizar as casas, também as pessoas não participam e acabam atrapalhando o andamento das coisas. (Rogéria, 55 anos, empregada doméstica)

Positivo foi que avançamos bastante, conseguimos resolver tudo o que tinha para resolver, ficaram só os órgãos públicos, que dependem deles. É os negativos é a não participação das pessoas que atrapalha muito. (Flávia, 40 anos, diarista)

Os Aspectos positivos são que você ao longo do processo vai conhecendo seus vizinhos, ter a minha própria casa, os ensinamentos de cooperativismo e negativo seria a falta de participação de mais famílias, para que o projeto tivesse mais força. (Maria, 48 anos, Faxineira)

Positivo, houve pelo seguinte, uma frase “se você não server para servir, você não serve para viver” a parte positiva é que temos que ajudar o próximo e negativa não têm. (Francisco, 48 anos, servente de pedreiro)

A coordenadora Lúcia, ao relatar sua opinião sobre o projeto, aborda a importância da participação no projeto como parte fundamental para a aprendizagem da luta por direitos, para a formação do sujeito que se pretende, além do interconhecimento, da rede de confiança que se constrói ao longo do tempo de sua inserção como coordenadora que colabora para a composição futura da vizinhança onde todos já se conhecem.

Nesse projeto eu acho a participação do pessoal ruim. O comprometimento e a questão do pessoal não entender o que é um projeto social de moradia popular, que moradia popular se refere a

luta. Temos que lutar pelos nossos direitos e o povo não entende. Um dos pontos cruciais do projeto é a participação do povo na luta do projeto. Positivo é a inclusão, é saber que no projeto tem esse diferencial, saber quem vai morar do nosso lado, pois são 85 famílias e assim eu conheço as 85 famílias por estar na coordenação. Eu já conheço as 85, acho que é um ponto positivo. E também por conhecimento, eu adquiri muito conhecimento através do projeto". (Lúcia, 47 anos, faxineira e costureira)

Ao avaliar a forma de pensar o lugar onde serão construídas as respectivas casas enquanto bairro e condomínio, os coordenadores ressaltaram aspectos positivos como a tranquilidade do lugar, a vegetação por perto do condomínio. Enaltecem a prática da autogestão e a forma dos próprios beneficiários escolherem e participarem de todo o processo que envolve o projeto, além de ter a casa própria. Os coordenadores também ressaltaram alguns pontos negativos nessa análise, sendo eles a falta de infraestrutura adequada e planejada, os transportes públicos deficitários, relatando a dificuldade para se locomover até o local de trabalho. Assim alguns coordenadores relataram:

Positivo assim é que é um lugar tranquilo, de bastante vegetação né, vai ser um lugar, com o condomínio pronto, vai ser um lugar especial porque é a gente que tá escolhendo né, a gente está escolhendo o tipo da casa, o que a gente quer na casa, nessa questão de autogestão a parte de morar lá vai ser positiva, nessa questão que a gente está construindo do nosso jeito. Negativo é que muita coisa ainda tem que mudar, muita conquista ainda tem que acontecer ali, inclusive em questão de escola, de saneamento, em questão de posto de saúde, transporte também, que é muito difícil. (Lúcia, 47 anos, faxineira e costureira)

Positivo que é um lugar calmo, tranquilo, área verde e a parte negativa é que não tem asfalto e nem ônibus na porta. (Francisco, 48 anos, servente de obra)

Positivo é sair do aluguel e ter minha casa, conhecer alguns vizinhos por conta de ser um condomínio, o ruim é transporte que são poucos horários e Ipiúba fica longe, não sei como vai ser. (Rogéria, 55 anos, empregada doméstica)

A casa não é só uma construção, no projeto de moradia em Ipiúba pressupõe também a construção de um condomínio no qual a relação com a vizinhança é muito importante, muitas vezes os vizinhos se tornam uma família. Como propõe Woortmann

(1982) acerca deste processo tradicional entre as classes trabalhadoras e replicado no contexto do projeto:

“Há então uma relação casa-grupo doméstico-família. A primeira é a base material do grupo doméstico que, por sua vez, é a organização econômica que permite a atualização e a reprodução da família. E esta última permite a existência e a operação da organização doméstica, visto que os papéis desta última se definem através de um código da família (é preciso não confundir família com grupo doméstico, ainda que empiricamente tendam a coincidir) (...) Ambas as formas de reunir as pessoas que constroem a casa são formas de solidariedade articuladas pelo parentesco ou formas próximas dele (...) Mas o adjunto é a forma social prescrita de construção de uma casa (...) a equipe normal de construção de uma casa é constituída também por parentes e vizinhos, e é só eventualmente que é feita pelo grupo doméstico”. (Woortmann, 1982, p. 139)

4.4 Impactos do projeto sobre a trajetória pessoal e projetos de vida

Através das declarações dos coordenadores é possível entender como impacto importante do projeto o ensinamento da autogestão, a valorização de seus princípios como a ajuda mútua, a solidariedade e a equidade, assim como a força do engajamento feminino.

Acho que a gente aprende como falei no início que moradia, conquistar nossa moradia acho que é muito importante né, é conquistar desta maneira, você lutando por seus direitos. Eu acho que pra mim foi muito importante mesmo e também eu consegui colocar, dar uma visão melhor para os meus filhos, que uma coisa é você comprar a moradia outra coisa é você conquistar a moradia né, então acho que meus filhos compreendem bem isso e por isso seguem comigo na luta”. (Lúcia, 47 anos, faxineira e costureira)

Acredito que ao ingressar no projeto eu esperava que coisas positivas acontecessem, pude conhecer a força de muitas mulheres em luta por moradia, em algumas viagens que fizemos para conhecer. Então estar em um movimento social é importante para essa luta e eu preciso de ter minha casa, como dizem, é um direito. (Maria – 48 anos, Faxineira)

Negativo é que gasto com passagens para as reuniões e tem que dedicar um tempo para o projeto, mas é bom estar nesse movimento de moradia e ver que temos o direito a habitação e muita das vezes é negado, então são muitas coisas que aprendemos com o projeto e a luta diária. (Rogéria, 55 anos, empregada doméstica)

Os aprendizados ao longo do projeto foram mencionados como impactos positivos do projeto sobre a vida de cada um dos coordenadores que entendiam que o movimento de moradia popular é uma luta constante pelo direito à moradia. É estar envolvido em um movimento social e se dispor a se engajar para que ele se consolide. Também foram pontuados como impactos negativos os gastos com passagens e a disponibilidade para participar frequentemente do projeto.

As expectativas futuras quanto a planos e projetos de vida dos entrevistados mostraram e reforçaram a expectativa da casa própria, a melhoria do transporte local e do desenvolvimento do condomínio, que traduzem o desejo de “melhorar de vida” como assinala Sarti (1996) acerca dos anseios das classes trabalhadoras.

Não vejo a hora de sair do aluguel e ter minha casa, minhas expectativas são que dê tudo certo, a casa fique pronta e em seguida possa ir melhorando algumas coisas como o transporte, mas penso em coisas boas. Esse dinheiro do aluguel vai dar para usar em outras coisas, que dê para viver de uma forma melhor, sem passar muito aperto para pagar as contas. (Rogéria, 55 anos, empregada doméstica)

A expectativa é viver melhor com minha filha, sair do aluguel, ter nosso cantinho. (Maria, 48 anos, Faxineira)

A expectativa é que a gente vá crescer sempre, é que aqui venha trazer coisas que vá fazer a gente crescer mais, o projeto em si, com a moradia, com os vizinhos né, com o entorno, com tudo, assim a expectativa é crescer cada vez mais, não ficar estabilizado, parado. (Rosa, 51 anos, cuidadora de idoso)

Ah, a gente pretende primeiro ampliar lá, tentar fazer com que outras pessoas também venham conquistar sua moradia também no condomínio, é em questão de que lá – em Ipiíba – ainda não tem muito comercio, então acho que vai ser bom também para investimento. A gente quer isso fazer o bairro crescer. (Lúcia, 47 anos, faxineira e costureira)

CONCLUSÃO

Neste trabalho procurei oferecer algumas contribuições para a compreensão de processos de mobilização política de um grupo de famílias das classes trabalhadoras com objetivo de capacitá-las para a conquista de direitos, a partir fundamentalmente da mobilização pelo direito à moradia.

Procurei ressaltar as implicações positivas do engajamento de longo prazo dos coordenadores do projeto que ressaltam aprendizados como a organização coletiva para administrar o projeto, a convivência de longo prazo, o partilhar as dificuldades e os avanços na luta coletiva, a valorização do investimento na autogestão do projeto, principalmente feminino. Tais aprendizagens se vinculam às experiências de ajuda mútua destes sujeitos que as vivenciam tradicionalmente em suas redes de parentesco e afinidade e que no projeto são replicadas com finalidades político-pedagógicas.

Simoni Guedes (1997) aborda o saber prático como importante dimensão da aprendizagem entre os trabalhadores e que de muitas formas é negligenciado ou visto como menor quando comparado ao saber teórico na sociedade, seja em relações formais ou informais de ensino-aprendizagem. Neste campo mostrou-se muito relevante para entender a pedagogia da autogestão posta em prática pelo movimento social de luta pela moradia.

De acordo com a autora, o saber prático é expressão de pessoas constituídas diferentemente daquelas que se constituem prioritariamente por meio do saber teórico, é o que dá aos trabalhadores um sentido positivo no mundo, mas negligenciado nos sistemas de ensino enquanto dimensão fundamental de formação destes sujeitos. Essa questão da relação entre o saber prático e o saber teórico é muito discutida e em muitos casos, como aponta a autora, a valorização do saber teórico entre eles está exclusivamente relacionada a obtenção do diploma como passaporte para o mercado de trabalho, buscando validar o que aprenderam fora do ambiente formal de ensino. Isso não porque o saber teórico nas escolas não seja importante, mas porque não preenche de forma significativa a vida destas pessoas da forma como é sistematizado nas escolas.

A dinâmica do bolo apresentada no capítulo 2 acerca da pedagogia da autogestão realizada com o grupo de beneficiários do projeto é um exemplo de apropriação do saber prático das mulheres como ponte para aprendizagem de saberes teóricos de um universo não dominado, o do trabalho de construção civil. Embora a associação entre a esfera doméstica como de domínio exclusivo feminino possa soar “machista”, de fato é um recurso válido para fazer a transição para a aprendizagem almejada. Além disso, a vivência prática do projeto, através da tentativa de resolução de inúmeras pendências e de organização do grupo, é recurso fundamental de aquisição de conhecimentos sobre o campo do direito, das políticas sociais, das instituições e tecnologias de Estado. Isto também faz uma conexão com o universo do saber teórico que é ressignificado através da

apropriação significativa de documentos tais como atas, regimentos, estatutos, certidões, regulamentos e normativas, pareceres etc, realizando-se em muitos casos a discussão do conteúdo destes documentos. Vimos que a proposta de formação destes sujeitos de direitos no projeto se dá por meio da proposição da autogestão que focaliza a autonomia como marcador moral distintivo. Neste caso há dificuldades de investimento de todos os núcleos familiares exatamente porque eles têm que antecipar recursos financeiros, além do tempo dedicado à causa coletiva, para exercerem a veiculada autonomia na luta pelo direito a moradia. Daí o dilema descrito em torno da participação, do sistema de classificação desta participação e eventual exclusão de integrantes do projeto, com a justificativa de priorização do alegado interesse coletivo.

O trabalho dos coordenadores faz parte da lógica específica deste processo de controle sobre os critérios de adesão e permanência dos beneficiários, mas sobretudo procura administrar a insegurança que caracteriza os grupos populares e movimentos sociais na sua relação com o governo que impõe severos limites a consecução de seus direitos sociais por meio de critérios e exigências burocráticas que são difíceis de atender, uma vez que a verba só é liberada após o cumprimento de muitas exigências.

Como propõe Domingues (2011), “a questão da autonomia é questão recorrente nos debates dos Novos Movimentos Sociais (NMS)” que incorpora posturas contraditórias de mediadores “propagadores da ideologia autonomista” (Ilse Scherer-Warren apud Domingues). Tais contradições são “típicas do espaço público brasileiro condicionado por relações de tutela e cooptação, a partir das quais se aciona estratégica e limitadamente o ideal de inclusão social, reproduzindo, no entanto, o mesmo viés excludente deste espaço. Isso não quer dizer, todavia, que a população trabalhadora, objeto de tais incorporações e sugestivamente chamada de “camadas desfavorecidas”, seja alheia em seu “habitus” (Bourdieu, 2009) a estes recursos inclusivos, fazendo uso também estratégico de tais interesses, ditado por seus próprios anseios e valores” (2011, p. 248).

Assim, os pontos negativos apontados pelos interlocutores no campo expressam, sobretudo, as dificuldades de realizar o princípio da autogestão diante das dificuldades impostas por instâncias do governo, sobretudo na esfera municipal, que deveriam colaborar efetivamente para a realização de políticas sociais importantes como a que busca implementar o direito à moradia no país para a população que mais precisa. Na atual conjuntura política a versão Entidades do programa habitacional federal corre risco de não

ser implementada nem mesmo nos casos em que já ocorreu contratação. O problema da falta de acesso a moradia no Brasil é urgente e um dos mais sérios que afeta o país, principalmente quando consideramos a faixa de renda familiar que o PMCMV-E buscou atender quando foi criado.

Neste trabalho ficou claro o quanto o mecanismo da espera não produz apenas a desmotivação e a descrença, mas o sentimento de angústia, já que o Estado não apenas não se responsabiliza pelo processo de garantia de direitos como imputa responsabilização ao “sujeito de direitos” que deve conquistá-los por antecipação de recursos no tempo. Entretanto, o movimento social de luta por moradia mostra a força das famílias envolvidas nesse processo que encontram caminhos e brechas a fim de manter o projeto seguindo, assim como *o sonho da casa própria* que fundamenta o investimento de todos. Nesta trajetória de luta, as famílias, sobretudo pelo engajamento feminino, persistem e acabam por produzir uma comunidade de interconhecimento que reforça valores de ajuda-mútua, solidariedade e equidade, embora não se construa sem contradições e dificuldades, como vimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida – Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, n.10, maio-ago, 2003.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. *O antropólogo, a margem e o centro*. Rio de Janeiro: *Mana*. Vol.21 nº 3, dezembro, 2015.

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). O campo no século XXI. São Paulo: Editora Casa Amarela/Editora Paz e Terra, 2004.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – www.caixa.gov.br. s/d.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método In CARDOSO, Ruth C. L. (org.). A aventura antropológica. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

CORRÊA, Ricardo de Gouvêa. Direito à terra e habitação. Uma experiência no Rio de Janeiro, vol II. Rio de Janeiro: Fundação Bento Rubião, 2007.

DA MATTA, Roberto. A Família como Valor: Considerações não Familiares sobre a Família Brasileira. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. (org.). Pensando a Família no Brasil. Da Colônia à Modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DOMINGUES, Michelle Lima. Habitação e comunidade organizada: uma etnografia da mobilização coletiva de famílias trabalhadoras cooperadas em São Gonçalo, RJ. Tese de doutorado. PPGA/UFF. Niterói, 2011.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Da Vida Nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1986.

DUMONT, Louis. O Individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1975.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESTATUTO SOCIAL. Associação Habitacional São Pedro de Alcântara. s/d.

GUEDES, Simoni Lahud. Jogo de corpo: Um estudo de construção social de trabalhadores. Niterói, RJ: Eduff, 1997.

HOGGART, Richard. As Utilizações da Cultura: Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Editora Presença, 1973.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – www.ibge.gov.br. Acesso em 16/01/2020.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalhador livres. Brasiliense, 1987.

LOPES, José Sérgio. Cultura e identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora. RJ: Marco Zero/UFRJ, 1978.

LOPES, José Sérgio. O vapor do diabo. O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MALINOVSKI, Bronislaw. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). O

campo no século XXI. São Paulo: Editora Casa Amarela/Editora Paz e Terra, 2004: 145-162.

McFARLANE, Colin. Learning the City: knowledge and Translocal Assemblage. Orford: Wiley-Blackwill, 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES – www.cidades.gov.br – acesso em 17/01/2020.

NEVES, Delma Pessanha. Mediações sociais e mediadores políticos. In NEVES, Delma Pessanha (org.). Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: Olha, Ouvir, Escrever. Editora Unesp, 1998.

PREFEITURA DE SÃO GONÇALO – www.saogoncalo.rj.gov.br – acesso em 10/02/2020.

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL – Condomínio Residencial Padre Antônio Revers. Ipiúba – São Gonçalo/RJ. Exercícios 2018/2020.

REGIMENTO INTERNO. Condomínio Residencial Padre Antônio Revers. s/d.

RIBEIRO, Marlene – Movimento Camponês Trabalho e Educação, Liberdade, Autonomia, Emancipação: princípios /fins da formação humana - expressão popular – 2013.

SARTI, Cynthia. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SILVA, Lília Márcia de Almeida. Periferia rural urbana: um estudo sobre Ipiúba, São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos estudos*. CEBRAP. Vol. 35, nº 1, março, 2016.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR – www.unmp.com.br – acesso em 29/01/2020.

WOORTMANN, Klass. *Casa e Família Operária*. *Anuário Antropológico/80*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In CARDOSO, Ruth C. L. (org.) *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.